Geopolítica de uma Europa pós-crescimento

Ser mais com menos

STUDY & DEBATE

GREEN EUROPEAN FOUNDATION

WETENSCHAPPELIJK BUREAU GROENLINKS

Agradecimentos

O presente relatório faz parte do projeto Geopolítica de uma Europa pós-crescimento da Green European Foundation. O projeto é liderado pelo Wetenschappelijk Bureau GroenLinks (NL) e apoiado pelas seguintes organizações: BlueLink (BG), Center for Green Politics (RS), Etopia (BE), Fondation de l'Écologie Politique (FR), Green House Think Tank (UK) e Transición Verde (ES). Visite o site www.geopoliticspostgrowth.eu para ter acesso a mais entrevistas, vídeos e outros resultados do projeto.

Editor: Richard Wouters (Wetenschappelijk Bureau GroenLinks)

Autores e colaboradores: Pavel Antonov (BlueLink), Jonathan Essex (Green House Think Tank), Soledad García Consuegra & Raúl Gómez (Transición Verde), Sien Hasker & Laurent Standaert (Green European Foundation), Predrag Momčilović (Center for Green Politics), Swen Ore (Etopia), Kévin Puisieux (Fondation de l'Écologie Politique), Richard Wouters (Wetenschappelijk Bureau GroenLinks)

Coordenadora do projeto para a GEF: Sien Hasker (Green European Foundation)

Edição e revisão linguística da versão inglesa: Katy Nicholson

Design e apresentação: Klär.graphics

Tradução para português: Alama Adria

ISBN: 9789490515126

Setembro de 2024

O texto e as imagens desta publicação estão licenciados pela Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA 4.0). O acordo de licenciamento está disponível em https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode. Para ler uma síntese (que não substitui o texto integral), consultar https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0.

Geopolítica de uma Europa pós-crescimento

Ser mais com menos

Publicado pela Green European Foundation, com o apoio financeiro do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu não é responsável pelo conteúdo desta publicação.

O relatório pode ser descarregado a partir de
www.geopoliticspostgrowth.eu
www.gef.eu/tools-and-publications

Green European Foundation
Rue du Fossé 3, L-1536 Luxembourg
Gabinete de Bruxelas: Mundo Madou,
Avenue des Arts 7-8, 1210 Bruxelas,
Bélgica
telefone: +32 2 329 00 50
info@gef.eu · www.gef.eu

A **Green European Foundation** (GEF) é uma fundação política europeia cuja missão consiste em contribuir para um espaço europeu de debate dinâmico e promover uma maior participação dos cidadãos na política europeia. A GEF esforça-se por integrar os debates sobre a estratégia política e as políticas europeias tanto no seio da família política dos Verdes como fora dela. A fundação atua como um laboratório de novas ideias e proporciona educação política transfronteiras e uma plataforma de cooperação e intercâmbio a nível europeu.

Wetenschappelijk Bureau GroenLinks
Sint Jacobsstraat 12, Utrecht, Países
Baixos
PO Box 8008, 3503 RA Utrecht, Países
Baixos
info@wetenschappelijkbureaugroenlinks.nl
www.wetenschappelijkbureaugroenlinks.nl

O **Wetenschappelijk Bureau GroenLinks** (WBGL) é um grupo de reflexão independente parceiro do GroenLinks, o Partido Verde neerlandês. O WBGL tem como objetivo aprofundar e expandir a abordagem ecológica e progressista e exerce a sua atividade em torno da intersecção entre a ciência, a sociedade e a política.

BlueLink
257 Slivnitsa Boulevard, 1202 Sofia, Bulgária
office@bluelink.net
www.bluelink.net

Center for Green Politics
Belgrado, Sérvia
office@czp.org.rs · www.czp.org.rs

Etopia
Espace Kegeljan, 52 Avenue de Marlagne,
5000 Namur, Bélgica
info@etopia.be · www.etopia.be

Fondation de l'Écologie Politique
31-33 rue de la Colonie, 75013 Paris, França
contact@fondationecolo.org
www.fondationecolo.org

Green House Think Tank
Wood House, Hallbankgate, Brampton,
CA8 2NJ, Reino Unido
info@greenhousethinktank.org
www.greenhousethinktank.org

Transición Verde
Madrid, Espanha
info@transicionverde.es
www.transicionverde.es

Índice

Prefácio
Sien Hasker e **Laurent Standaert** 5

ENSAIO

Preservar o planeta, proteger a democracia
Autor **Richard Wouters** 7

ENTREVISTAS

Geopolítica para além do crescimento
Entrevista com **Gaya Herrington** por **Richard Wouters** 25

Pode a Europa defender-se sem crescimento?
Entrevista com **Sven Biscop** por **Richard Wouters** 30

Quem quer ser um ator secundário?
Entrevista com **Jesús Núñez e Alfons Pérez** por Raúl Gómez 38

É a geopolítica um entrave ao decrescimento?
Entrevista com **Pierre Madelin** por **Swen Ore** 46

Quais são os entraves ao pós-crescimento?
Entrevista com **Giorgos Kallis e Cristina Monge** por **Soledad García Consuegra** 54

RECOMENDAÇÕES

Vias geopolíticas para uma Europa para além do crescimento 60

Prefácio

Sien Hasker e **Laurent Standaert**

O presente relatório não pretende ser uma leitura agradável, uma vez que suscita questões incómodas sobre a relação entre o crescimento económico e o poder geopolítico.

É pouco provável que consigamos desativar a bomba-relógio climática, para não falar de outras ameaças ecológicas, enquanto a economia europeia continuar a crescer. Para restabelecer o equilíbrio com o mundo dos seres vivos, temos de reduzir os excessos na produção e no consumo. É este o apelo do movimento do decrescimento, atualmente a ganhar terreno na Europa, que defende que os países ricos devem deixar de prosseguir o crescimento do PIB, um argumento que a ciência apoia cada vez mais.

No entanto, o decrescimento não tem sido bem aceite pelos peritos em política externa e de segurança, e é fácil perceber porquê: em geopolítica, muitos fatores determinantes do poder, como o comércio, a ajuda, a tecnologia ou a defesa, estão estreitamente ligados ao PIB. Embora não ignorem totalmente os limites do planeta, os peritos em geopolítica apregoam a narrativa do "crescimento verde" como uma forma de conciliar a segurança ecológica com a segurança geopolítica. É precisamente esta narrativa que os "decrescentistas" pretendem refutar.

Embora o crescimento verde possa representar uma solução fácil para os pensadores geopolíticos, o pacifismo e o antimilitarismo professados por muitos "decrescentistas" raiam a ingenuidade numa altura em que

Sien Hasker é gestora de programas na Green European Foundation.

Laurent Standaert é o diretor da Green European Foundation.

as autocracias agressivas estão a invadir as democracias vizinhas. O ataque da Rússia contra a Ucrânia trouxe a guerra até às portas da União Europeia, obrigando-nos a olhar com atenção para a defesa e a dissuasão.

É evidente que os peritos em decrescimento e em geopolítica, tanto académicos como profissionais, precisam de dialogar. Pode a União Europeia reconhecer os limites do crescimento sem deixar de ser um interveniente global? Seremos capazes de nos defendermos a nós próprios, aos nossos aliados e aos nossos valores? Poderá o pós-crescimento oferecer novas vias para vivermos de acordo com esses valores e abandonarmos a duplicidade de critérios e a dinâmica neocolonial que a nossa voracidade insaciável por recursos continua a produzir?

Em 2023, a Green European Foundation lançou este debate no âmbito do projeto transnacional *Geopolítica de uma Europa pós-crescimento*. Com sete dos nossos parceiros, organizámos uma série de seminários, *webinars* e entrevistas em toda a Europa. O presente relatório reúne algumas das ideias que recolhemos e, por esse motivo, agradecemos a todos os participantes e entrevistados.

A primeira parte do relatório apresenta um **ensaio** de Richard Wouters, responsável pelo projeto, que descreve as contradições e as sinergias entre o pós-crescimento e a geopolítica e propõe sugestões para navegar nestas águas minadas. Alerta às alergias: este texto pode conter vestígios de *realpolitik*.

O ensaio inspirou-se nas **reuniões e entrevistas** realizadas no âmbito do projeto, algumas das quais estão incluídas na presente publicação.

Estão disponíveis mais entrevistas em https://geopoliticspostgrowth.eu

O relatório termina com uma lista de **recomendações** elaboradas conjuntamente pelos parceiros do projeto e destinadas a suscitar novos debates.

A Green European Foundation continua empenhada em facilitar este debate, porque as perguntas incómodas não devem ser evitadas e, muitas vezes, são as mais pertinentes.

Ensaio

Preservar o planeta, proteger a democracia

Autor
Richard Wouters

Pode uma União Europeia que renuncie ao crescimento económico continuar a defender os seus valores no panorama internacional? Só se trabalhar mais unida e investir nas suas políticas externas e na tecnologia. Os aliados e os parceiros são fundamentais para uma UE que precisa de fazer mais com menos.

Pouco mais de trinta anos após a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em 1992, as emissões globais de gases com efeito de estufa continuam a aumentar. À medida que os recordes de temperatura se sucedem, assistimos aos efeitos devastadores das vagas de calor, dos incêndios florestais e das inundações. Para o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, "a era da ebulição global chegou"[1].

A humanidade está a perturbar o sistema terrestre que lhe permitiu prosperar, não só ao alterar, de forma irreversível, o clima como também ao destruir a biodiversidade e as florestas, esgotar a água doce e poluir os ecossistemas com nutrientes e outros produtos químicos. Já ultrapassámos seis dos nove "limites do planeta" que definem o "espaço operacional seguro para a humanidade". Estas transgressões, de acordo com o Centro de Resiliência de Estocolmo, aumentam o risco de "alterações ambientais abruptas ou irreversíveis em grande escala", o que tornaria o sistema terrestre inóspito para os seres humanos[2].

A perturbação do planeta é, em grande parte, causada pela utilização crescente de energia e de matérias-primas. Os benefícios ambientais decorrentes da descarbonização, de uma maior eficiência energética e de uma utilização mais racional das matérias-primas estão a ser ultrapassados pelo aumento da produção e do consumo, que se traduz em crescimento económico. Algumas partes do mundo, nomeadamente a União Europeia, conseguiram reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa (em parte, através da deslocalização da produção com utilização intensiva de energia para outras regiões), ao mesmo tempo que faziam crescer as suas economias, mas não de forma suficientemente rápida[3]. Existem igualmente outros sinais de alerta relacionados com o seu desempenho ambiental. A Agência Europeia do Ambiente (AEA) adverte que na UE "a biodiversidade continua a diminuir a um ritmo alarmante"[4] e que a quantidade de matérias-primas extraídas dentro e fora da UE para satisfazer a procura europeia excede o espaço operacional seguro para a humanidade, sem qualquer sinal de diminuição[5].

Perante o agravamento da crise ecológica, a ciência manifesta cada vez mais dúvidas quanto à compatibilidade de um crescimento económico contínuo com um planeta habitável[6]. De acordo com a AEA, "é pouco

Veja as notas finais na página 21

provável que se consiga dissociar de forma absoluta e duradoura o crescimento económico das pressões e dos impactos ambientais à escala mundial"[7].

Parece que o "crescimento verde", a narrativa subjacente a muitas estratégias ambientais, incluindo o Pacto Ecológico da UE, pode ser uma ilusão. É neste contexto que o movimento do decrescimento está a ganhar força. O decrescimento defende a transição de uma cultura de acumulação de riqueza material para uma cultura de promoção do bem-estar numa sociedade mais equitativa e com uma prestação de serviços públicos de elevada qualidade. Esta transição deveria ocorrer primeiro nos países ricos e industrializados, onde o crescimento económico já não tem um impacto positivo no bem-estar. A redução dos excessos de produção e de consumo pelo Norte Global (e pelas elites ricas noutras regiões) deveria não só permitir-nos regressar aos limites do planeta como também libertar recursos naturais para o Sul Global. Em muitos países de baixo rendimento não é possível satisfazer as necessidades humanas sem aumentar a utilização dos recursos.

A definição mais utilizada de decrescimento é da autoria do antropólogo económico Jason Hickel: "O decrescimento é uma redução planeada da utilização de energia e de recursos, destinada a restabelecer o equilíbrio entre a economia e o mundo dos seres vivos, de forma a reduzir as desigualdades e a melhorar o bem-estar dos seres humanos"[8]. Decorre desta definição que o decrescimento consiste mais na redução do consumo de energia e de matérias-primas do que na redução do produto interno bruto (PIB). No entanto, Jason Hickel argumenta que "é importante aceitar que a redução do consumo é suscetível de conduzir a uma redução da taxa de crescimento do PIB, ou mesmo a um declínio do próprio PIB, e temos de estar preparados para gerir este resultado de uma forma segura e justa"[9].

É preferível gerir o fim do crescimento através de uma deliberação democrática do que este nos seja imposto por um colapso ecológico.

Faz sentido que a UE esteja na vanguarda da transição para uma sociedade que vá para além do crescimento. Em primeiro lugar, por uma questão de justiça. Uma grande parte da responsabilidade pela crise ecológica cabe à UE. Atualmente, os seus 27 Estados-Membros representam menos de 6% da população mundial. No entanto, historicamente, são responsáveis por cerca de 22% das emissões globais excedentárias de CO_2 que resultam da utilização de matérias-primas a nível mundial[10]. Dito claramente, graças à extração impiedosa de recursos naturais em todo o mundo, a UE tornou-se uma das regiões mais ricas do planeta. Se os europeus abandonassem a prossecução do crescimento económico e se concentrassem na preservação do planeta, contribuiriam significativamente para uma distribuição mais equitativa da riqueza e dos recursos, tanto entre o hemisfério norte e o hemisfério sul como entre gerações.

Em segundo lugar, uma UE pós-crescimento poderia ganhar em resiliência. O crescimento do PIB já está a ser abrandado pelo envelhecimento da população europeia e não tardará muito para que a ecologia retalie energicamente contra a economia e trave o crescimento do PIB. É preferível gerir o fim do crescimento através de uma deliberação democrática do que deixar que este nos seja imposto por um colapso ecológico, o que levaria a uma violenta convulsão social. Quanto mais cedo a UE substituir o crescimento da economia pelo crescimento do bem-estar, maior será a probabilidade de preservar a sua paz interna, sem a qual não será capaz de fazer face às ameaças externas.

Leia a entrevista com Gaya Herrington, mais adiante neste relatório.

Enfrentar o conflito

Para muitas pessoas no mundo, uma UE pós-crescimento seria um parceiro mais credível na luta contra a crise ecológica. No entanto, a política internacional não é apenas uma questão de cooperação, é também uma questão de rivalidade. Numa altura em que a "ebulição global" exige uma ação unida, assistimos a um aumento da hostilidade e da violência. A inação perante a crise ecológica provocaria ainda mais conflitos. Como se comportaria uma UE para além do crescimento num mundo assolado por conflitos?

O ataque da Rússia à Ucrânia trouxe a guerra para as fronteiras da UE e ensinou aos europeus duras lições sobre a dependência de recursos. Vladimir Putin pensou que poderia travar a sua guerra de conquista sem qualquer oposição devido à dependência da UE do gás natural russo. Foi um erro de cálculo: a UE manteve o seu apoio à Ucrânia, apesar dos cortes drásticos no fornecimento de gás. Contudo, pagou o preço com uma crise energética. Os governos da UE gastaram centenas de milhares de milhões de euros para ajudar os cidadãos e as empresas a pagar as suas faturas de energia. E, quase dois anos após a invasão em grande escala da Ucrânia, a UE ainda não conseguiu libertar-se completamente do gás natural, do petróleo e do urânio da Rússia, o que contribui para encher os cofres de Putin e pagar a guerra.

As respostas à guerra incluíram um impulso para acelerar a transição para as energias renováveis. Mas esta mudança está a aumentar a dependência da UE em relação à China, que domina as cadeias de abastecimento de muitas matérias-primas críticas, bem como dos painéis solares, das baterias e dos ímanes fabricados a partir das mesmas. A UE pretende reduzir a sua dependência das importações através da extração mineira a nível interno, de uma reciclagem mais eficiente e do reforço da sua própria indústria de tecnologias verdes. Mas um projeto desta envergadura não surge de um dia para o outro e, entretanto, a UE está presa entre duas autocracias agressivas.

Uma economia "mais lenta", como a que propõe o movimento do decrescimento,

Veja as notas finais na página 21

permitiria à UE reduzir mais rapidamente a sua dependência excessiva das importações de energia e de matérias-primas. A União ficaria, assim, menos vulnerável à chantagem económica, o que contribuiria para o reforço da sua autonomia estratégica. Por exemplo, as atuais políticas em matéria de descarbonização visam substituir todos os automóveis a gasolina e a gasóleo por automóveis elétricos alimentados (principalmente) por baterias. Uma vez que estas necessitam de lítio, prevê-se que a procura deste metal na UE aumente doze vezes até 2030[11]. Num cenário de decrescimento em que o parque de automóveis particulares fosse reduzido, promovendo o uso da bicicleta, dos transportes públicos e de veículos partilhados, o aumento da procura de lítio e de outros metais críticos seria significativamente atenuado. Além disso, poupar-se-ia mais energia[12]. É bem possível que vivamos para ver o dia em que a nossa economia deixará de poder ser minada pela coerção comercial da Rússia ou da China.

Uma UE pós-crescimento poderia também contribuir para atenuar outro tipo de conflitos relacionados com os recursos. A expansão da extração mineira e da agricultura de exportação é, com frequência, um processo violento e destrutivo, sobretudo no Sul Global. As comunidades são forçadas a abandonar as suas terras, enquanto as suas fontes de água são poluídas e as suas florestas destruídas. As milícias financiam as suas atividades através do confisco de bens. Nas fronteiras dos países em que ocorre a extração de matérias-primas, onde têm início as nossas cadeias de abastecimento, os conflitos são propícios à desestabilização dos governos e alastram aos países vizinhos. O *Atlas Global de Justiça Ambiental* confirma este facto[13]. Ao reduzirmos o nosso consumo de matérias-primas, estaríamos a abrandar a progressão da linha da frente.

Leia a entrevista com Peter Newell, mais adiante neste relatório.

Em suma, uma UE pós-crescimento seria mais resistente aos conflitos entre Estados relacionados com os recursos e menos cúmplice em conflitos intraestatais. Mas a rivalidade geopolítica não se limita de modo algum aos recursos. A guerra da Rússia na Ucrânia, por exemplo, dificilmente pode ser explicada por uma escassez de recursos. A ilusão de restaurar o antigo império através da recolonização, amplamente partilhada pela população russa, e o receio da elite governante dos efeitos do contágio democrático nos países pós-soviéticos constituem explicações mais adequadas. Este exemplo mostra que o conflito geopolítico se estende aos próprios valores que estão na base das sociedades nacionais e da governação mundial. O resultado desses conflitos influenciará o espaço de manobra planetário que resta à humanidade.

Defender a democracia

Uma das principais linhas divisórias da geopolítica é a que separa a democracia da autocracia. Atualmente, na Ucrânia, a rivalidade entre governos democráticos e autoritários está a desenrolar-se de modo flagrante diante dos nossos olhos. Num futuro muito próximo, ou talvez dentro de alguns anos, poderá ocorrer um violento confronto no estreito de Taiwan. As manobras intimidatórias da China continental contra este país obrigam-nos a antecipar uma tentativa armada de unificação, que poria fim à democracia em Taiwan.

Os críticos do crescimento económico não podem ignorar a ameaça que as autocracias agressivas representam para a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito internacional. Não há dúvida de que a transição para além do crescimento deve ser democrática. A democracia oferece um espaço público para questionar o dogma do crescimento, enquanto as autocracias preferem silenciar o debate, descrevendo-o como "uma nova utopia", com medo

de perderem a sua autoridade[14]. Muitos "decrescentistas" defendem mesmo o aprofundamento da democracia, alargando-a à esfera económica, como forma de ultrapassar a compulsão para o crescimento inerente ao capitalismo acionista. A democracia, por sua vez, assenta em garantias constitucionais que protegem o Estado de direito, o pluralismo e os direitos humanos, nomeadamente o direito de protestar contra os detentores do poder pela sua incapacidade de dar resposta à emergência ecológica.

Para evitar o pior cenário, será necessário não só aplicar políticas ecológicas a nível nacional como também estabelecer um nível de cooperação internacional sem precedentes, o que não acontecerá no mundo regido pela "lei do mais forte" com que sonham os autocratas, onde o caos seria ainda mais violento. É certo que as democracias também podem recorrer à violência, mas raramente entram em guerra *umas com as outras*. São mais propensas a resolver os conflitos de forma pacífica, em conformidade com as regras reconhecidas e aceites por quase todos os países. Uma ordem baseada em regras é indispensável não só para evitar mais guerras, mas também para fazer face às ameaças ecológicas. Com a Rússia a tornar-se um Estado pária, a China a comportar-se de forma cada vez mais agressiva em relação aos seus vizinhos e os Estados Unidos a tornarem-se propensos ao excecionalismo, a UE tem um papel importante a desempenhar na defesa do Estado de direito internacional.

A quadratura do círculo

Por conseguinte, coloca-se a questão: poderia uma UE pós-crescimento desempenhar um papel na definição da política mundial, em vez de estar simplesmente sujeita à mesma? Estaria a UE em condições de se defender a si própria, os seus aliados, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito internacional contra ataques de países como a Rússia ou a China? O poder dos países e das alianças é geralmente medido pela sua riqueza e pelas suas capacidades militares. A Ucrânia ensina-nos que a força moral também deve ser tida em conta na equação. Ainda assim, a guerra na Ucrânia confirma, em grande medida, a métrica padrão: sem o apoio ocidental de milhares de milhões, tanto em dinheiro como em armas, a Ucrânia não seria capaz de resistir ao agressor russo, cujo objetivo é destruir não só a nação ucraniana, mas também a ordem de segurança europeia.

Neste contexto, uma UE pós-crescimento correria o risco de aumentar a sua vulnerabilidade e a sua parte do PIB mundial diminuiria de forma ainda mais rápida do que atualmente. A diminuição da sua parte no comércio mundial reduziria a sua influência sobre os países terceiros e as empresas multinacionais. O setor militar passaria a concorrer de forma mais enérgica com outros setores públicos para a obtenção de fundos e de recursos naturais. A disponibilidade de financiamento para o desenvolvimento tecnológico, tanto civil como militar, poderia ser mais limitada, o que deixaria a UE ainda mais atrasada na corrida tecnológica mundial. É evidente que, em tempos difíceis, o decrescimento e a geopolítica não são uma combinação fácil e assentam em lógicas contraditórias. Será possível fazer a quadratura do círculo?

Reforçar a ação externa

Reduzir as divisões e dispersões no domínio da ação externa seria uma forma de atenuar as tensões entre o pós-crescimento e a geopolítica A diplomacia europeia é, com demasiada frequência, uma cacofonia de egoísmos nacionais que impede uma abordagem unida. Na ausência de uma estratégia comum, a UE é um mero espetador no conflito israelo-palestiniano, apesar de ser o maior parceiro comercial de Israel e o maior doador de ajuda à Palestina. Sem um guião, o dinheiro pouco significa.

Veja as notas finais na página 21

As divisões entre os países da UE explicam, em parte, o facto de o mundo democrático ainda não ter definido linhas vermelhas claras para a China. Se os Estados Unidos, a UE, o Japão e outros países dessem um sinal conjunto de que responderiam a um ataque a Taiwan com sanções económicas duras – ao ponto de se prejudicarem a si próprios – poderiam levar Pequim a pensar duas vezes. A manutenção da paz no estreito de Taiwan assume uma importância planetária, uma vez que o início de uma guerra pela China poderia provocar o fracasso das negociações mundiais sobre o clima[15]. Uma abordagem comum da UE beneficiaria o difícil equilíbrio entre a rivalidade (no que respeita aos valores democráticos) e a cooperação (em matéria de ecologia e saúde) com a China. Será realmente necessário que a guerra chegue às portas da UE para que esta cerre fileiras, como aconteceu, de um modo geral, quando confrontada com a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia?

A defesa europeia é afetada pela fragmentação, duplicação e falta de interoperabilidade entre as forças armadas nacionais. Enquanto as forças armadas dos EUA utilizam 30 grandes sistemas de armamento, as forças armadas da UE têm cerca de 180[16]. Esta incoerência é um desperdício de fundos públicos, bem como de recursos materiais e humanos. Reduz a nossa força coletiva, o que é ainda mais preocupante agora que o imperialismo russo nos obriga a levar novamente a sério a dissuasão.

A UE já não pode suportar estes "custos da não-Europa", sobretudo numa UE pós-crescimento, que a obrigaria a uma integração mais profunda. Teríamos então de falar a uma só voz, o que significaria o fim dos vetos em matéria de política externa e de segurança, um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE apoiado por um serviço diplomático unificado, a conversão do lugar da França no Conselho de Segurança da ONU num lugar da UE. Significaria igualmente levar a sério a integração em matéria da defesa. Dos 200 mil milhões de EUR que os 27 países da UE gastam anualmente com a defesa, poderiam ser poupados 20 a 120 mil milhões, dependendo do nível de integração[17]. Estas poupanças poderiam ser utilizadas para aumentar o poder de combate. Quanto maior for a articulação das forças militares dos Estados-Membros, maior será a rentabilidade do nosso investimento neste setor. Os Países Baixos e a Bélgica estão a mostrar-nos o caminho ao unirem as suas marinhas para todos os efeitos práticos.

Leia a entrevista com Sven Biscop, mais adiante neste relatório.

Na rivalidade mundial entre a democracia e a autocracia, é muito provável que os EUA se distanciem da UE se Donald Trump vencer as próximas eleições presidenciais ou um dos seus apoiantes triunfar numas eleições futuras. Em todo o caso, os EUA concentrarão cada vez mais a sua defesa nas ameaças provenientes da China e não da Rússia[18]. Por conseguinte, mesmo uma UE pós-crescimento teria de reduzir a sua dependência dos EUA no domínio da segurança, aumentando a sua autonomia estratégica no domínio da defesa. Colmatar as lacunas de capacidade na defesa europeia exigiria o desenvolvimento e/ou a aquisição de novos sistemas de armamento[19], de preferência com a participação de consórcios europeus. É fundamental que os Estados-Membros, sobretudo a França e a Alemanha, o façam em conjunto. O armamento unificado ou partilhado permite reduzir custos e promover a interoperabilidade. Poderá constituir um passo decisivo para a integração das forças armadas.

Leia a entrevista com Sven Biscop.

Uma UE pós-crescimento empenhada em reduzir o consumo de energia e de matérias-primas teria também de reduzir a pegada ambiental das suas forças armadas sem comprometer o seu poder de combate,

uma tarefa que seria dispendiosa e morosa. O setor da defesa continuará a ter impacto no planeta nas próximas décadas, mas devemos ter em mente que os custos ecológicos da guerra podem ser muito superiores aos da dissuasão[20].

Esta conclusão aplica-se não só à guerra nuclear, mas também a guerras convencionais como a da Ucrânia. As emissões de gases com efeito de estufa atribuíveis ao primeiro ano da guerra na Ucrânia foram estimadas em 120 milhões de toneladas de CO_2e. Provavelmente, este valor excede as emissões anuais de todas as forças armadas da UE em conjunto, incluindo as cadeias de abastecimento, que podem ser estimadas em cerca de 100 milhões de toneladas de CO_2e. Há que acrescentar outros custos ecológicos da guerra, como a poluição em grande escala, a degradação dos ecossistemas e a perda de biodiversidade, para não mencionar a perda e a devastação de vidas humanas.

A imposição de requisitos de sustentabilidade à indústria da defesa seria mais fácil se os Estados-Membros recorressem à contratação conjunta. Nesse sistema, os tipos de armas seriam limitados, mas as quantidades produzidas seriam maiores. A indústria de armamento teria maior facilidade em recuperar os custos de desenvolvimento e de fabrico, o que enfraqueceria o seu argumento de que a exportação de armas é uma necessidade comercial[21]. Também poderia facilitar a adoção de legislação da UE mais restritiva em matéria de exportação de armas, com uma supervisão mais rigorosa por parte da Comissão Europeia, a fim de garantir que deixam de ser vendidas armas a países que as utilizam abusivamente. A necessidade de regras mais rigorosas é comprovada pelo facto de, pelo menos, dez Estados-Membros terem continuado a fornecer equipamento militar à Rússia após a sua primeira invasão da Ucrânia, em 2014[22].

A UE já está a estudar regras para os contratos públicos ecológicos no setor da defesa.

Para uma UE pós-crescimento, seria ainda mais importante não ser ameaçada por armas fabricadas nos seus Estados-Membros. Para atenuar o aumento das despesas com a defesa, seria igualmente necessário envidar mais esforços para alcançar acordos de controlo de armamentos, mesmo com a Rússia. A transparência em matéria de capacidades militares e planos de investimento favorece tanto os acordos deste tipo como, de um modo mais geral, o equilíbrio entre uma dissuasão efetiva e a corrida aos armamentos.

Ainda assim, mesmo uma UE pós-crescimento teria de investir mais na ação externa. A defesa mútua, a autonomia estratégica e, por extensão, o apoio a longo prazo à defesa da Ucrânia são essenciais para a nossa segurança, bem como a ajuda ao desenvolvimento e o financiamento da luta contra as alterações climáticas no Sul Global. Uma abordagem tão abrangente em matéria de segurança imporia uma fatura muito elevada a uma UE sem crescimento do PIB, mas o movimento do decrescimento insiste, com razão, em que devemos sacrificar o consumo privado excessivo em prol do bem comum. Uma UE pós-crescimento teria toda a vantagem em incluir a diplomacia, a defesa e a ajuda externa na lista de serviços públicos de elevada qualidade que prossegue.

Alargar e aprofundar a União

Para uma UE que aspira a um futuro para além do crescimento, os aliados, que trazem recursos e legitimidade acrescidos, seriam ainda mais importantes. Com os EUA em risco de caírem no autoritarismo, no isolacionismo e no negacionismo climático após as eleições presidenciais de 2024, a UE não se pode dar ao luxo de perder mais aliados. Deve manter a proximidade com o Reino Unido e reiterar que a porta está aberta para a sua reintegração na UE. A adesão à UE constitui a forma mais estreita de aliança .

A integração dos países dos Balcãs Ocidentais, da Ucrânia e da Moldávia tornar-se-ia um imperativo geopolítico ainda mais forte para uma UE pós-crescimento. Essa UE teria de pôr em prática uma política de "crescimento verde" adaptada, a fim de ter em conta as necessidades dos países em vias de adesão que procuram colmatar as disparidades económicas em relação aos Estados-Membros mais antigos ou reconstruir-se

Veja as notas finais na página 21

após a guerra. A Ucrânia, se sobreviver ao ataque russo com a nossa ajuda, poderá ser um aliado extraordinário mesmo antes da adesão, tanto em termos de coragem civil como de força militar[23].

A UE poderia convidar a Ucrânia a participar nos seus projetos de defesa mesmo antes de esta se tornar um Estado-Membro.

Existe uma tensão inegável entre o aprofundamento e o alargamento da UE. Quanto maior for o número de membros da União, mais difícil será chegar a acordo, sobretudo se os governos nacionais abandonarem os valores consagrados no Tratado da UE. Basta um caso isolado, como acontece com o atual governo autoritário húngaro, para minar a confiança mútua e paralisar a tomada de decisões. Por conseguinte, o alargamento da UE deve ser acompanhado de uma extensão da votação por maioria qualificada e de uma supervisão mais rigorosa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito dentro das suas fronteiras. Não se trata de uma ingerência excessiva nos assuntos internos dos países, uma vez que a subversão dos valores europeus num único país afeta-nos a todos. As regras pelas quais nos regemos derivam, em parte, de um processo de decisão supranacional em que cada Estado-Membro tem uma palavra a dizer. A posição da UE enquanto interveniente global depende não só da sua força diplomática, económica e militar, mas também da sua adesão aos seus próprios valores. Por último, a segurança da UE está em jogo quando, como na Hungria sob a liderança de Viktor Orbán, o retrocesso da democracia é acompanhado de uma cedência a Moscovo e a Pequim.

A UE deve ser um aliado dos cidadãos que lutam contra o retrocesso democrático. No entanto, as instituições europeias, sozinhas, têm um âmbito de ação limitado. A democracia constitucional exige um cuidado constante a todos os níveis, nomeadamente por parte dos partidos políticos[24], os quais, do centro-direita à esquerda, não devem

Uma UE pós-crescimento teria toda a vantagem em incluir a diplomacia, a defesa e a ajuda externa na lista de serviços públicos de elevada qualidade que prossegue.

formar alianças com os populistas de extrema-direita nem acompanhá-los na culpabilização dos migrantes e de outras minorias ou deixar que os seus ataques ao sistema judiciário, aos meios de comunicação social e à ciência passem sem contestação. Ninguém beneficia em cortejar, copiar e banalizar a extrema-direita, exceto ela própria, como demonstraram uma vez mais as eleições parlamentares holandesas de 2023.

A batalha contra o populismo da direita iliberal pode ser ganha. A disseminação do autoritarismo não é uma tendência irreversível. Em 2023, os partidos da oposição e os eleitores da Polónia provaram-no. Depois de a oposição se ter unido em torno dos valores europeus, os cidadãos polacos votaram contra o seu governo intolerante e autoritário.

Parcerias com o Sul Global

Será que uma UE pós-crescimento que reduzisse consideravelmente a sua pegada ambiental com o objetivo expresso de libertar recursos naturais para o Sul Global encontraria aliados nessa região? Este cenário é apelativo, mas também é improvável. Num mundo multipolar, os governos dos países em desenvolvimento têm relutância em aliar-se apenas a uma grande potência. Em vez disso, preferem manter-se à margem e alimentar a discórdia entre os EUA, a UE e a China, com o objetivo de maximizarem os benefícios em matéria de comércio, ajuda e investimento. O melhor que a UE pode esperar é uma série de parcerias estratégicas de natureza não exclusiva, mas que são essenciais para reforçar a segurança e a legitimidade.

A criação e o aprofundamento de parcerias seriam mais fáceis se os membros mais antigos da UE se reconciliassem com o seu passado colonial. Não é surpreendente que muitos governos e cidadãos do Sul Global se recusem a considerar a invasão russa da Ucrânia um ataque imperialista e colonialista de um regime que não tem qualquer respeito pelo direito internacional ou pelo sofrimento humano. Associam o imperialismo e o colonialismo à Europa Ocidental e aos EUA. A dor e a raiva históricas que permanecem são imensas e ainda não foram suficientemente abordadas. Para tal, seria necessário que todos os países da UE envolvidos apresentassem um pedido de desculpas inequívoco pela escravatura e pelo colonialismo e reconhecessem sem reservas que os crimes do passado perduram nas injustiças atuais, sejam elas económicas ou ecológicas. Essas declarações deveriam ser apoiadas por contributos significativos da UE para a redução da pobreza, a gestão dos bens públicos mundiais, a promoção de justiça fiscal, o estabelecimento de rotas de migração legal, o financiamento internacional da ação climática e a compensação por perdas e danos climáticos. A UE deveria também associar-se aos governos democráticos do Sul Global para desenvolver propostas com vista a uma melhor representação do Sul Global no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Por último, mas não menos importante, há que evitar a dualidade de critérios. Uma UE que contribui para a defesa do Estado ucraniano deve também defender um Estado palestiniano viável e democrático, a par de um Estado de Israel seguro.

Esta parte da agenda geopolítica enquadra-se nos objetivos de descolonização e redistribuição do movimento do decrescimento. Beneficiaria também a paz e a democracia, especialmente se interligada com uma política externa feminista que promova os direitos, a representação e os recursos das mulheres e de outros grupos desfavorecidos. De acordo com o Banco Mundial, "sociedades mais equitativas em termos de género resultam em Estados mais estáveis e pacíficos"[25]. Todos estes elementos mostram que não seria sensato para uma UE pós-crescimento reduzir os custos da ação externa.

Veja as notas finais na página 21

O maior obstáculo às parcerias entre uma UE pós-crescimento e os países do Sul Global poderá ser o comércio. Em princípio, muitos governos de países em desenvolvimento acolheriam com agrado uma ação firme da UE para reduzir o seu consumo excessivo de recursos mundiais. Na prática, porém, essa ação poderia facilmente colidir com as suas estratégias de desenvolvimento. O aumento das exportações de recursos naturais continua a ser frequentemente visto como uma forma de fazer crescer a economia, mesmo no caso de governos progressistas e democraticamente eleitos de países relativamente desenvolvidos, como o Brasil e o Chile. Pretender que a nossa abordagem é mais adequada do que a deles pode reavivar memórias de tempos coloniais.

Uma ação vale mais do que mil palavras. Uma UE que promova a anulação da dívida, por exemplo, aliviaria a pressão sobre os países em desenvolvimento que são forçados a vender pedaços da sua litosfera e biosfera para pagar aos credores estrangeiros. Para o Sul Global, uma iniciativa deste tipo poderia abrir o debate sobre estratégias alternativas de (de) crescimento que não se centrem nas exportações. Mas, ainda assim, cabe às entidades políticas do Sul escolher as suas próprias vias de desenvolvimento. Por enquanto, estas não estão alinhadas com o pós-crescimento na Europa.

Leia a entrevista com Gabriela Cabaña Alvear, mais adiante neste relatório.

A solução para este dilema, ainda que apenas parcialmente, começa por reconhecer que mesmo uma UE pós-crescimento necessitaria de enormes quantidades de metais importados para abandonar o hábito dos combustíveis fósseis. Veja-se o caso do lítio, por exemplo. Num cenário de transição energética que envolva menos automóveis, de menores dimensões e com baterias mais pequenas, a procura deste metal na UE continuaria a aumentar consideravelmente: não doze vezes até 2030, como se prevê atualmente, mas cerca de cinco vezes[26]. Apenas uma pequena parte seria proveniente da extração mineira na UE[27].

Esta procura anormalmente elevada de metais constitui simultaneamente uma preocupação e uma oportunidade. Os danos que a extração mineira inflige inevitavelmente ao ambiente, incluindo a biodiversidade, o abastecimento de água e o clima, suscitam preocupação. Estes danos devem ser minimizados e as exigências e os benefícios das comunidades afetadas devem ser maximizados, a fim de reduzir os conflitos. A legislação relativa ao dever de diligência na cadeia de valor defendida pelo Parlamento Europeu[28] contribuiria, de alguma forma, para promover uma extração mineira responsável, mas este objetivo continua a ser um enorme desafio. A oportunidade reside na transferência de uma maior parte da cadeia de valor para os países onde ocorre a extração mineira. Cada vez mais governos do Sul Global querem transformar as suas matérias-primas antes de as exportarem. As instalações de refinação e as fábricas de baterias criam emprego e podem impulsionar a industrialização em grande escala. Uma UE que pretenda assegurar as matérias-primas necessárias à sua transição energética tem de satisfazer estas aspirações. As parcerias estratégicas que propõe aos países do Sul Global devem incluir investimentos nas cadeias de valor locais e regionais, bem como a transferência de tecnologia.

Esta abordagem seria mais fácil de implementar se a UE estivesse menos centrada no crescimento económico, o que permitiria eliminar de forma mais rápida as incoerências das suas políticas. Apresentar uma queixa à Organização Mundial do Comércio porque um país decide transformar o seu minério de níquel antes de o exportar, como fez a UE no caso da Indonésia, é extrativismo neocolonial[29], assim como a fixação do objetivo de os fabricantes da UE satisfazerem

90% da procura anual de baterias quando os metais são extraídos noutras regiões[30]. A autonomia estratégica não significa que todos os "bens críticos" tenham de ser produzidos na Europa. Adquirir uma parte das baterias de que realmente não podemos prescindir a vários países, de preferência democracias como o Chile e a Indonésia, cumpriria igualmente o objetivo geopolítico de reduzir a nossa dependência da China autocrática e poderia proporcionar à UE alguns parceiros muito necessários.

Manter uma vantagem tecnológica

Como se viu, a criação de parcerias com países do Sul Global depende, em parte, da transferência de tecnologia. O mesmo se aplica à ação climática a nível mundial: a rápida implantação das energias renováveis em todo o mundo é indispensável para evitar um aquecimento catastrófico. Mas o papel da tecnologia vai muito além do comércio, do desenvolvimento e do clima: está interligado com a geopolítica em todos os domínios.

A tecnologia é um importante campo de batalha na rivalidade do Ocidente com a China, em que a transferência de tecnologia está sujeita a limites geopolíticos e éticos. A UE e os EUA precisam de exercer pressão sobre a China para que esta cumpra as regras internacionais, nomeadamente em matéria de direitos humanos e de resolução pacífica de conflitos. As 35 tecnologias que, na China, sofrem um "ponto de estrangulamento" e que o país será obrigado a importar num futuro previsível, de acordo com os académicos chineses, facilitam essa pressão. O acesso da China a estas tecnologias ocidentais essenciais deve depender da sua disponibilidade para atuar como uma grande potência responsável[31]. Os conhecimentos e a tecnologia que podem ser utilizados para aperfeiçoar a vigilância estatal ou o armamento devem permanecer fora do alcance da China, aconteça o que acontecer. A importância

Se a Ucrânia sobreviver, apesar de as suas tropas estarem em grande desvantagem numérica, será, em grande parte, graças à superioridade tecnológica das armas ocidentais que recebe.

Veja as notas finais na página 21

da tecnologia de ponta na guerra moderna é por demais evidente na guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Se a Ucrânia sobreviver, apesar de as suas tropas estarem em grande desvantagem numérica, será, em grande parte, graças à superioridade tecnológica das armas ocidentais que recebe.

Tendo em conta que a tecnologia é transversal a todas as dimensões da geopolítica, a UE não pode dar-se ao luxo de ficar para trás neste domínio. O mesmo raciocínio aplica-se tanto à tecnologia civil como à tecnologia militar, uma vez que existem muitas sinergias entre estas. A UE dispõe apenas de alguns trunfos, dos quais as máquinas de fabrico de circuitos integrados são o exemplo mais conhecido. Seríamos completamente excluídos do jogo se abandonássemos o crescimento económico?

Numa UE pós-crescimento, os lucros das empresas e o capital de risco disponível para investir em investigação e desenvolvimento seriam indubitavelmente menores. Mas seria prematuro concluir que uma tal UE estaria condenada a ficar para trás em matéria de inovação tecnológica. Não devemos ignorar as ineficiências da nossa atual economia orientada para o crescimento. O capitalismo acionista incentiva as empresas a concentrarem-se nos resultados trimestrais e não na criação de valor a longo prazo, o que inibe as despesas em I&D. Muitas inovações baseadas no mercado têm um valor social negativo. Em vez de satisfazerem necessidades essenciais, estimulam o consumo ostensivo e a falsa utilidade, diferenciando as pessoas e desperdiçando recursos. Os SUV são um excelente exemplo. A financeirização do capitalismo é uma "inovação" importante que cria uma escassez artificial (por exemplo, de habitação), agrava as desigualdades e incentiva muitas das nossas mentes mais brilhantes a dedicarem-se – com remunerações muito elevadas – a extrair valor em vez de o criar. Para agravar a situação, o capitalismo atual retém dados, conhecimentos e invenções úteis ao abrigo dos direitos de propriedade intelectual[32], o que dificulta a sua divulgação, mesmo quando estão em causa vidas humanas, como no caso das vacinas.

Se o capitalismo parece inovador, tal se deve em grande parte, aos governos. O financiamento público está na génese de muitos avanços tecnológicos. Basta atentar na revolução digital, que está a remodelar o comércio e a guerra. A Internet, o GPS e a inteligência artificial tiveram origem em universidades e instituições governamentais financiadas com fundos públicos. A transição do laboratório para o mercado faz-se frequentemente através de parcerias público-privadas, em que a maior parte do risco é suportada pelos governos[33]. O capitalismo reivindica falsamente a inventividade.

Se tivesse em conta estes ensinamentos, uma UE pós-crescimento não perderia necessariamente a corrida tecnológica. Seria conveniente transferir o controlo das empresas dos acionistas para as partes interessadas, incluindo os trabalhadores e a natureza. A democratização da nossa economia, que passaria do capitalismo para o pós-capitalismo, promete uma utilização mais inteligente dos recursos naturais e do engenho humano. Resolveria também uma contradição dolorosa no seio das democracias contemporâneas, nomeadamente o facto de a maioria das pessoas passar quase um terço das suas vidas sob o poder autoritário de patrões[34].

Uma UE pós-crescimento teria de afetar um montante considerável de fundos públicos à investigação fundamental e à investigação aplicada. Poderia utilizar tanto as subvenções como a regulamentação democrática para orientar a inovação tecnológica para aplicações que nos beneficiem realmente – em termos sociais, ecológicos e geopolíticos. Ao reivindicar a copropriedade pública de invenções em troca de financiamento público, a UE

poderia evitar, de modo mais eficaz, a fuga de tecnologias para a China ou para a Rússia ou, em alternativa, partilhá-las com parceiros de confiança ou disponibilizá-las como bens públicos mundiais. Os medicamentos e as vacinas deveriam ser de fonte aberta para permitir a produção nacional pelo Sul Global. Uma UE pós-crescimento que se aventure no pós-capitalismo teria também de intensificar os esforços para arrancar as nossas vidas digitais das garras do capitalismo de vigilância dominado pelos EUA. Deveria investir numa infraestrutura digital pública e civil eficiente em termos de recursos e em software de fonte aberta que beneficie a sociedade mundial.

Não devemos esquecer que o progresso tecnológico na UE se deve também a mentes brilhantes vindas do estrangeiro que trabalham em centros de investigação e desenvolvimento das universidades e empresas europeias. Uma UE para além do crescimento não seria capaz de atrair estes trabalhadores internacionais do conhecimento que auferem salários tão elevados, mas existem outros fatores igualmente importantes na vida. Cidades vibrantes, espaços verdes, ar puro, serviços públicos de qualidade, coesão social e uma cultura de acolhimento seriam essenciais para uma UE pós-crescimento disposta a não perder terreno na concorrência mundial pelo capital intelectual. Uma economia de bem-estar pode ser um trunfo geopolítico.

Emergir mais forte

Nas sociedades autoritárias, as hierarquias humanas são mantidas através da coerção e da violência, e a natureza é frequentemente relegada para segundo plano. A opressão enfraquece o tecido social e corrompe o Estado. O esgotamento dos recursos naturais deteriora as condições de vida e corrói o poder. Em comparação, as sociedades democráticas e igualitárias são mais resistentes e, em última análise, mais fortes, especialmente quando se concentram no bem-estar dentro dos limites do planeta. Mas pode demorar muito tempo até que os regimes autoritários sucumbam à decadência. Atualmente, confrontadas com autocracias expansionistas, as democracias não podem dar-se ao luxo de negligenciar as suas defesas e as suas vantagens, sob pena de serem absorvidas ou subjugadas. Num mundo assolado por agressões armadas e por uma crise ecológica, são obrigadas a conciliar a rivalidade com a cooperação.

Leia a entrevista com Gaya Herrington, mais adiante neste relatório.

Para uma UE que renuncie ao crescimento económico, defender-se e afirmar os seus valores no panorama mundial não será uma tarefa fácil. A geopolítica começa em casa, na preservação da paz interna. O movimento do decrescimento tem razão em sublinhar que as políticas pós-crescimento devem dar prioridade à redistribuição, à satisfação das necessidades humanas básicas e à promoção do bem-estar para todos. Estas políticas devem ser aplicadas antes que um colapso ecológico ponha fim ao crescimento do PIB. É necessário ter em conta esta contingência, que provocaria um descontentamento e uma perturbação generalizados. Na medida em que antecipa conflitos, tanto no interior dos países europeus como entre eles, o pós-crescimento pode ser considerado como um prolongamento do projeto de paz da UE.

A segurança interna é uma condição necessária, mas não suficiente, para a segurança externa. O pós-crescimento deve dar um forte impulso ao aprofundamento e alargamento da UE, às parcerias com o Sul Global e a investimentos conjuntos em diplomacia, defesa, ajuda externa e tecnologia. Estes investimentos representariam fatias consideráveis de um bolo económico que não irá aumentar. Uma UE pós-crescimento poderia ser "espartana" em mais do que um sentido. Mas, se tivermos em mente a justiça social, esse não é um preço demasiado elevado a

Veja as notas finais na página 21

pagar para proteger a nossa democracia e zelar pela nossa segurança planetária e geopolítica. A UE continuaria a ser um dos melhores lugares do mundo para viver – ou o menos mau, se tivermos em conta as dificuldades decorrentes das perturbações climáticas.

O conceito de economia do bem-estar pode também ser identificado em abordagens não ocidentais, como a filosofia social indígena latino-americana do *buen vivir*. Mas poucos governos estão preparados para renunciar ao crescimento económico. Para a UE, o pós-crescimento seria uma aventura solitária. É pouco provável que outras partes do mundo adiram a este projeto num futuro próximo. No entanto, em algum momento, também terão de enfrentar o facto de um planeta finito não poder sustentar um crescimento económico infinito. Se, nessa altura, a UE tiver demonstrado que é possível aumentar o bem-estar sem aumentar o PIB, poderá propor alguns modelos úteis ao resto do mundo. O poder normativo – a capacidade de exportar os seus valores – é parte integrante da geopolítica.

O poder normativo de um interveniente geopolítico depende igualmente das suas políticas externas. Refletem estas os seus valores? Em caso afirmativo, são eficazes?[35] Em ambos os casos, a UE precisa de melhorar a sua atuação. Se o pós-crescimento nos levar a superar as ineficiências e incoerências da nossa ação externa e a tornarmo-nos mais autossuficientes e mais dignos de confiança, a UE poderá emergir mais forte do que é atualmente.

Notas finais

1 "*Hottest July ever signals "era of global boiling has arrived" says UN chief*", *UN News*, 27 de julho de 2023 https://news.un.org/en/story/2023/07/1139162.

2 Centro de Resiliência de Estocolmo, *Planetary boundaries*, 2023 https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html.

3 Jefim Vogel e Jason Hickel, "*Is green growth happening? An empirical analysis of achieved versus Paris-compliant CO2–GDP decoupling in high-income countries*", *The Lancet Planetary Health*, 2023 https://doi.org/10.1016/S2542-5196(23)00174-2.

4 Agência Europeia do Ambiente, *Biodiversity: state of habitats and species*, 2023 https://www.eea.europa.eu/en/topics/in-depth/biodiversity.

5 Agência Europeia do Ambiente, *Europe's material footprint - 8th EAP*, 2023 https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/europe2019s-material-footprint.

6 Ivan Savin e Lewis King, "*Idea of green growth losing traction among climate policy researchers, survey of nearly 800 academics reveals*", *The Conversation*, 20 de setembro de 2023 https://theconversation.com/idea-of-green-growth-losing-traction-among-climate-policy-researchers-survey-of-nearly-800-academics-reveals-213434.

7 Agência Europeia do Ambiente, *Growth without economic growth*, 2021 https://www.eea.europa.eu/publications/growth-without-economic-growth.

8 Jason Hickel, "*What does degrowth mean? A few points of clarification", Globalizations*, 2020 https://www.researchgate.net/publication/344545392_What_does_degrowth_mean_A_few_points_of_clarification.

9 Ibid.

10 Jason Hickel, "*Quantifying national responsibility for climate breakdown: an equality-based attribution approach for carbon dioxide emissions in excess of the planetary boundary", The Lancet Planetary Health*, 2020 https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196%2820%2930196-0/fulltext; Jason Hickel *et al.*, *"National responsibility for ecological breakdown: a fair-shares assessment of resource use, 1970–2017", The Lancet Planetary Health*, 2022 https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(22)00044-4/fulltext.

11 Comissão Europeia, *Proposal for a Critical Raw Materials Act*, 2023 https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/raw-materials/areas-specific-interest/critical-raw-materials/critical-raw-materials-act_en.

Richard Wouters é diretor de projeto e investigador no Wetenschappelijk Bureau GroenLinks, o grupo de reflexão do Partido Verde neerlandês. Dirige o projeto Geopolítica de uma Europa pós-crescimento da Green European Foundation.

12 Green European Foundation, *Metals for a green and digital Europe – An agenda for action*, 2021, capítulo 8 https://gef.eu/publication/metals-for-a-green-and-digital-europe-an-agenda-for-action/.

13 http://ejatlas.org/

14 Joschka Fischer, *Zeitenbruch – Klimawandel und die Neuausrichtung der Weltpolitik*, 2022, p. 95.

15 Casper Wits, *EU-China climate cooperation in an age of geopolitical rivalry*, 4 de julho de 2023 https://www.wetenschappelijkbureaugroenlinks.nl/geopolitics-post-growth/eu-china-climate-cooperation-age-geopolitical-rivalry.

16 Esta estimativa é baseada na publicação de Niall McCarthy, "*Europe has six times as many weapon systems as the U.S", Statista*, de 20 de fevereiro de 2018 https://www.statista.com/chart/12972/europe-has-six-times-as-many-weapon-systems-as-the-us/.

17 Grupo de Reflexão do Parlamento Europeu, *Europe's two trillion euro dividend: mapping the cost of non-Europe, 2019-24*, 2019 https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_STU%282019%29631745.

18 Pierre Haroche e Camille Brugier, *2027: The year of European strategic autonomy*, 2023 https://geopolitique.eu/en/2023/04/10/2027-the-year-of-european-strategic-autonomy/.

19 Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, *Defending Europe: scenario-based capability requirements for NATO's European members*, 2019 https://www.iiss.org/research-paper/2019/05/defending-europe.

20 As estimativas baseiam-se no relatório do Center for Environmental Initiatives Ecoaction, publicado em 2023, sobre a contabilização dos gases com efeito de estufa resultantes dos danos climáticos causados pela guerra da Rússia na Ucrânia *(Climate damage caused by Russia's war in Ukraine: 24 February 2022 – 23 February 2023)*, disponível em https://en.ecoaction.org.ua/climate-damage-by-russia-12-months.html e na publicação do Scientists for Global Responsibility & Conflict and Environment Observatory, *Estimating the military's global greenhouse gas emissions*, de 2022, disponível em https://www.sgr.org.uk/publications/estimating-military-s-global-greenhouse-gas-emissions.

21 *"Europe's new reality: defence spending after the invasion"*, entrevista com Alexandra Marksteiner, *Green European Journal*, 16 de agosto de 2022 https://www.greeneuropeanjournal.eu/europes-new-reality-defence-spending-after-the-invasion/.

22 Ingebord Eliassen e Maria Maggiore, *"EU closed loophole for arms sales to Russia only after public disclosure", Investigate Europe*, 29 de abril de 2022 https://www.investigate-europe.eu/en/posts/eu-closed-loophole.

23 A UE poderia convidar a Ucrânia a participar nos seus projetos de defesa mesmo antes de esta se tornar um Estado-Membro. Ver Conselho da UE, *Decisão (PESC) 2020/1639 do Conselho, de 5 de novembro de 2020, que estabelece as condições gerais em que Estados terceiros podem ser convidados, a título excecional, a participar em projetos CEP específicos, disponível em* https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2020/1639/oj.

24 Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *How democracies die*, 2018.

25 Catalina Crespo-Sancho, *"Can gender equality prevent violent conflict?", World Bank blogs*, 28 de março de 2018 https://blogs.worldbank.org/dev4peace/can-gender-equality-prevent-violent-conflict.

26 Transport & Environment, *Clean and lean – Battery metals demand from electrifying passenger transport*, 2023, p. 48 https://www.transportenvironment.org/discover/clean-and-lean-battery-metals-demand-from-electrifying-cars-vans-and-buses/.

27 A Comissão Europeia pretende que, até 2030, na UE, a extração de metais satisfaça 10% da procura de matérias-primas estratégicas como o lítio. *Proposal for a Critical Raw Materials Act*, 2023 https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/raw-materials/areas-specific-interest/critical-raw-materials/critical-raw-materials-act_en.

28 Comissão Europeia, *Proposta de Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade*, 2022 https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:bc4dcea4-9584-11ec-b4e4-01aa75ed71a1.0018.02/DOC_1&format=PDF.

29 Green European Foundation, *Metals for a green and digital Europe – An agenda for action*, 2021, capítulo 4 https://gef.eu/publication/metals-for-a-green-and-digital-europe-an-agenda-for-action/.

30 Comissão Europeia, *Proposta de Regulamento Indústria de Impacto Zero*, 2023 https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52023PC0161.

31 Casper Wits, *EU-China climate cooperation in an age of geopolitical rivalry*, 4 de julho de 2023 https://www.wetenschappelijkbureaugroenlinks.nl/geopolitics-post-growth/eu-china-climate-cooperation-age-geopolitical-rivalry.

32 Jason Hickel, *"On technology and degrowth", Monthly Review*, 1 de julho de 2023 https://monthlyreview.org/2023/07/01/on-technology-and-degrowth/.

33 Robbert Bodegraven, *"Green growth and the right kind of innovation"*, entrevista com Mariana Mazzucato, *Green European Journal*, 26 de maio de 2020 https://www.greeneuropeanjournal.eu/green-growth-and-the-right-kind-of-innovation/.

34 Este parágrafo foi inspirado na publicação *Er is wél een alternatief. Postkapitalisme – een einde aan de roofbouw op aarde en mens*, de Hans Rodenburg, Noortje Thijssen e Koen Bruning (ed.), 2023, nomeadamente o capítulo escrito por Sjors Roeters, Merijn Oudenampsen *et al*.

35 Richard Wouters, *"War is degrowth by disaster, you want to avoid that"*, entrevista com Trineke Palm e Hans Stegeman, *Green European Journal*, 1 de setembro de 2023 https://www.greeneuropeanjournal.eu/war-is-degrowth-by-disaster-you-want-to-avoid-that/.

Entrevistas

Geopolítica para além do crescimento

Entrevista com **Gaya Herrington** por **Richard Wouters**

O movimento do decrescimento está a ganhar popularidade na Europa. Mas, sem crescimento, poderemos continuar a defender os nossos valores e interesses na cena mundial? Na opinião de Gaya Herrington, perita em sustentabilidade, uma União Europeia que procure o bem-estar em vez do crescimento estará em melhor posição para fazer face às consequências económicas do colapso dos ecossistemas, mas apenas se investir na defesa e na diplomacia.

Richard Wouters: Foi notícia com um estudo que confirmava a mensagem de 1972 do Clube de Roma: estamos a aproximar-nos dos limites do crescimento. Em que consistiu a sua investigação?

Gaya Herrington: Comparei os cenários criados pelos autores do relatório *The Limits to Growth*, no início da década de 1970, com dados recentes. Vi muitos modelos ao longo da minha vida, mas não conheço nenhum que se tenha revelado tão exato décadas depois. Os dados atuais são os que mais se aproximam do cenário de *statu quo*, no qual o crescimento económico continua a ser o objetivo final. O modelo prevê que, se esta situação se mantiver, assistiremos ao colapso dos ecossistemas dentro de cerca de 20 anos, devido à poluição e às emissões de gases com efeito de estufa. Neste cenário de alterações climáticas contínuas, os níveis de bem-estar mundial diminuirão acentuadamente.

Estamos mais longe do cenário de "mundo estabilizado", em que a humanidade deixa de prosseguir o crescimento económico, reduz a sua pegada material e se compromete a melhorar os cuidados de saúde, a educação e outros serviços públicos, bem como as tecnologias limpas. Nesse cenário, o colapso ecológico é evitado. Atualmente, não estamos a avançar nessa direção, mas ainda é possível colmatar a distância entre este cenário e a nossa situação atual. Ainda podemos evitar o colapso, mas será um caminho repleto de desafios porque perdemos demasiado tempo numa transição gradual. O que fizermos nos próximos 10 a 20 anos determinará o nosso nível de prosperidade para o resto do século.

Os defensores do "crescimento verde" argumentam que as inovações tecnológicas permitem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e outras formas de poluição e, ao mesmo tempo, aumentar o produto interno bruto (PIB).

As provas empíricas não mostram nada disso, é apenas uma ilusão. Dificilmente se observa uma dissociação relativa, em

que a nossa pegada ecológica cresce menos rapidamente do que o PIB. E não se observa certamente uma dissociação absoluta, em que a nossa pegada ecológica diminui enquanto o PIB cresce. É verdade que alguns países estão a conseguir, lentamente, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa enquanto o PIB cresce, mas outras formas de poluição continuam a aumentar ao mesmo tempo que a biodiversidade diminui. Esta situação é ainda mais grave porque temos vindo a exceder a capacidade de carga do nosso planeta desde a década de 1970.

Não acredita no crescimento verde, mas, ao mesmo tempo, mantém-se distante do movimento do decrescimento. Porquê?

Estou muito mais próxima do decrescimento do que do crescimento verde. Mas quero sublinhar que o crescimento verde é, sem dúvida, útil para os países pobres, onde o crescimento continua a contribuir diretamente para o bem-estar das pessoas. Na Europa, há muito que deixou de ser esse o caso. Na realidade, a procura do crescimento torna-nos mais infelizes porque alimenta a poluição e agrava as desigualdades. A agenda política do movimento do decrescimento é muito adequada para a Europa.

A minha objeção prende-se sobretudo com o termo "decrescimento". Traz à memória a recessão, com desemprego e agitação social. Temos de levar este receio a sério. Concordo com o argumento dos "decrescentistas" de que a contração deliberada da economia desencadearia uma dinâmica mais positiva do que a ausência de crescimento numa economia orientada para o crescimento. Mas receio que o termo assuste de tal forma as pessoas que estas não queiram ouvir essa explicação. Por isso, prefiro renunciar ao crescimento do que decrescer ativamente. Uma economia centrada no bem-estar humano e na proteção da natureza cria simplesmente um mundo mais belo. O termo que mais se adequa a este facto é "economia do bem-estar". Oferece uma perspetiva sedutora.

Historicamente, os países da UE são os maiores responsáveis pela crise climática e pelo esgotamento dos recursos naturais. Estão também entre os países mais prósperos do mundo. Será a UE a primeira a renunciar ao crescimento económico?

Creio que sim. Os políticos europeus poderiam ser os primeiros a aperceber-se de que é o melhor cenário para os seus cidadãos, que os prepara para um novo futuro. A minha investigação sugere que, em algum momento nos próximos 20 anos, deixará de haver crescimento. Temos de escolher entre renunciar conscientemente ao crescimento agora ou deixá-lo entrar em colisão com os limites do nosso planeta. Espero que os políticos compreendam que o segundo cenário causará muito mais instabilidade.

Gostaria de chamar a atenção dos políticos para o fenómeno do *downshifting*, um termo da neurologia que indica que, quando as pessoas estão sob pressão devido a questões como a violência iminente e a escassez de recursos, os instintos prevalecem. Ainda há uma oportunidade de implementar o pensamento sistémico necessário para realizar reformas profundas na UE, mas é menos provável que tenhamos o discernimento suficiente para o fazer daqui a uma década.

Vivo nos Estados Unidos e, aqui, parece mais difícil fazer a transição para uma economia de bem-estar porque a política está muito mais polarizada. Existe um forte movimento no sentido de uma maior inclusão do género, mas, em alguns Estados, os progressos estão a ser revertidos. Nesses Estados, o aborto e os direitos LGBTIQ+ estão a ser suprimidos e as normas de sustentabilidade para as empresas são fortemente contestadas.

Considera a inclusão de género o primeiro passo para uma economia do bem-estar?

Sim. Trata-se da diferença entre dois modelos de sociedade: a sociedade de dominação e a sociedade de cooperação. O primeiro modelo mantém a ordem através de hierarquias rígidas: o homem acima da mulher, o heterossexual acima do homossexual, o ser humano acima da natureza. Essa ordem só pode ser mantida através da coerção e da violência. Esta sociedade caracteriza-se por grandes desigualdades e por um esforço constante de expansão económica e territorial. O segundo modelo de sociedade, o da cooperação, é igualitário e democrático. Esta sociedade presta mais atenção ao bem-estar da comunidade, ao cuidado dos outros e à conservação da natureza. Ao longo da história, vemos que as sociedades de parceria causam menos poluição e não esgotam os seus recursos. Não precisam de crescimento económico nem de conquistas para se manterem. A igualdade e a inclusão de género são, por conseguinte, elementos fundamentais de uma economia de bem-estar sustentável.

Coloco-lhe então a questão geopolítica: poderá uma sociedade baseada na cooperação defender-se de uma sociedade que procura a dominação?

Na sua forma mais pura, uma sociedade de cooperação é incapaz de o fazer, não está disposta a investir na defesa. Um dos versos mais famosos da poesia neerlandesa, do artista e poeta Lucebert, aplica-se neste contexto: "Alles van waarde is weerloos" (todas as coisas de valor estão indefesas). No mundo real, os países com um modelo de cooperação terão de avançar um pouco para o modelo de dominação. É uma pena, porque os investimentos nas forças armadas são feitos à custa dos recursos naturais, mas, infelizmente, são necessários. No entanto, é importante não nos perdermos numa mentalidade bélica. É preciso ter um exército forte - não para dominar, mas para obter um compromisso.

Dominação versus cooperação: em que países devemos pensar?

A dominação e a cooperação são os dois extremos de uma escala móvel. Nenhum país tem apenas um ou outro. A Rússia é um exemplo de um país mais próximo do modelo de dominação. No Butão, com a sua política de felicidade interna bruta, na Costa Rica, uma economia ecológica sem exército, e na Nova Zelândia, que atribui direitos à natureza, reconhece-se claramente o modelo de cooperação. O mesmo se aplica à UE, embora varie consoante o país.

Tal como os "decrescentistas", defende serviços públicos de elevada qualidade como parte de uma economia de bem-estar. Esses serviços públicos incluem a segurança social, a educação e os cuidados de saúde. Na UE, devemos acrescentar a esta lista a defesa, agora que o ataque russo à Ucrânia pôs termo a um longo período de paz no nosso continente?

Sim, penso que sim. Receio que não viveremos para ver o dia em que o poder militar deixará de ser necessário. Devemos também incluir a diplomacia na lista de serviços públicos essenciais, embora esta seja obviamente mais credível se um governo tiver um poder significativo. É importante saber quando lutar e quando não o fazer. É assim que vejo o papel da UE: uma orgulhosa pioneira nos esforços de sustentabilidade, que procura sempre trabalhar em cooperação, mas capaz de se defender e disposta a fazê-lo, se necessário.

Numa sociedade sem crescimento económico que tenha de manter forças

armadas fortes, há ainda menos espaço para o consumo privado.

Sem dúvida. Além disso, precisamos de um "amortecedor", caso a nossa pegada ecológica aumente devido a calamidades como uma crise sanitária ou um conflito militar. É por isso que a nossa economia deve tornar-se totalmente neutra em termos climáticos. A capacidade da natureza para absorver o dióxido de carbono da atmosfera constitui o amortecedor em situações de emergência.

Na geopolítica, o PIB é um importante indicador de poder. Uma UE sem crescimento económico perderia poder?

Pode ter sido esse o caso no passado. Mas, agora, temos de encarar o facto de que o crescimento acabará por ter um fim. É provável que tal aconteça em algum momento nos próximos 20 anos, como referi anteriormente. Se, nessa altura, a UE já se tiver transformado numa economia de bem-estar, será mais forte no mundo. Os países que continuam a privilegiar o crescimento enquanto o ecossistema se desmorona estão a caminhar para a rutura.

Pode o poder económico em declínio ser compensado por outras formas de poder?

O capital social é uma enorme fonte de poder. Observamos isso atualmente na Ucrânia: a resiliência dos ucranianos em tempo de guerra surpreendeu toda a gente. Os homens russos têm muitas vezes de ser coagidos a combater porque não há uma história galvanizadora em que acreditem. Os ucranianos são solidários entre si, ligados por uma forte narrativa sobre o que defendem e aquilo por que estão a lutar. Muitos estão dispostos a sacrificar as suas vidas por essa causa. Um tecido social forte faz toda a diferença em tempos de crise. Também penso que uma economia de bem-estar que satisfaça as necessidades básicas de todos, uma sociedade em que as pessoas sintam que existe uma partilha justa e igualdade de tratamento, reforçará a coesão social.

Em contrapartida, as sociedades em que predominam a coerção e a violência são, muitas vezes, mais fracas do que parecem. Por vezes, comparo o modelo de dominação com a masculinidade tóxica: parece muito forte, mas é tão frágil como tudo o resto. A necessidade de expansão provoca choques, ecológicos ou outros, e não existe a resiliência necessária para os absorver. Uma sociedade baseada na dominação acabará por se desmoronar.

Nas relações entre a UE e o Sul Global ainda é possível reconhecer o modelo de dominação. Grande parte da nossa energia e das nossas matérias-primas é proveniente de países pobres, muitas vezes à custa das populações que neles vivem. Poderá uma economia de bem-estar sem crescimento pôr fim a este extrativismo neocolonial?

Uma Europa centrada no bem-estar e não no crescimento poderia reduzir mais facilmente a sua dependência da energia e das matérias-primas importadas. Se for necessária menos energia, é possível acelerar a transição para a energia solar e eólica. As soluções circulares podem satisfazer a procura de matérias-primas de forma mais rápida se essa procura deixar de crescer. A este respeito, renunciar ao crescimento económico teria claras vantagens geopolíticas.

Uma UE pós-crescimento registaria uma diminuição mais rápida da sua quota no PIB mundial do que atualmente. Essa UE precisa de mais aliados na geopolítica?

Uma UE pós-crescimento poderia tornar-se mais seletiva na escolha dos seus aliados.

Não queremos estar condenados a uma amizade com autocracias como a Rússia e a Arábia Saudita porque dependemos delas em termos de matérias-primas ou energia. Os bons aliados facilitam a concentração no bem-estar. Uma das razões pelas quais a Costa Rica conseguiu desenvolver uma eco-economia é o facto de gozar da proteção dos Estados Unidos.

A UE também depende dos EUA, o parceiro mais forte da NATO, para a sua segurança. Os europeus dependem da proteção nuclear americana. Como residente nos EUA, considera que podem continuar a contar com este aliado?

É difícil de prever, porque a política americana é muito polarizada nos dias de hoje. Estou cautelosamente otimista. Os inquéritos mostram que a geração mais jovem está a perder a confiança na atual forma de capitalismo. Dá muito mais importância a uma partilha equitativa. Se os Estados Unidos avançarem nesse sentido, poderão ser um aliado relativamente bom para uma Europa pós-crescimento.

Gaya Herrington é uma econometrista neerlandesa, investigadora em sustentabilidade e ativista dos direitos das mulheres. Em 2021, o seu estudo *Update to Limits to Growth: Comparing the World3 model with empirical data*, que confirmou as conclusões do relatório *Limits to Growth* publicado em 1972 pelo Clube de Roma, fez furor em todo o mundo. Em 2022, publicou o livro *Five Insights for Avoiding Global Collapse* (MDPI). Gaya Herrington vive e trabalha nos Estados Unidos. É vice-presidente de investigação sobre sustentabilidade na Schneider Electric e membro da Comissão de Economia Transformacional do Clube de Roma.

Richard Wouters é diretor de projeto e investigador no Wetenschappelijk Bureau GroenLinks, o grupo de reflexão do Partido Verde neerlandês.

Esta entrevista foi publicada anteriormente no *Green European Journal*, em 3 de maio de 2023.

Pode a Europa defender-se sem crescimento?

Entrevista com **Sven Biscop** por **Richard Wouters**

Há cada vez mais dúvidas sobre se a prossecução indefinida do crescimento do PIB é compatível com um planeta habitável. Poderia a UE ser a primeira a renunciar ao crescimento económico sem se colocar à mercê de outras grandes potências? O pensador geopolítico belga Sven Biscop afirma que a cooperação em matéria de defesa e a diplomacia são a receita para uma coexistência pacífica num cenário de decrescimento.

Richard Wouters: O debate sobre o decrescimento já chegou aos círculos de peritos no domínio das relações internacionais?

Sven Biscop: Creio que não. As pessoas que, como eu, têm formação em estudos estratégicos interessam-se mais pela economia do que antes. Em primeiro lugar, porque os atuais intervenientes geopolíticos utilizam deliberadamente instrumentos económicos para prosseguir objetivos estratégicos. Em segundo lugar, por causa do clima. A incapacidade de atenuar as alterações climáticas irá agravar os problemas de segurança existentes e, provavelmente, criar novos. No entanto, só me deparei com o conceito de "decrescimento" algumas vezes.

Historicamente, a UE é a maior responsável pela crise climática e pelo esgotamento dos recursos naturais. É também uma das regiões mais prósperas do mundo. Se temos de renunciar ao crescimento económico, é natural que a UE esteja na linha da frente?

Em abstrato, sim. Na geopolítica, o crescimento económico é considerado um elemento positivo, mas reconheço que é possível encará-lo de forma diferente. No entanto, ao aplicar o decrescimento de forma concreta, é preciso ter o cuidado de não comprometer demasiado a sua base de poder em relação a outros intervenientes. A UE não está sozinha no mundo, tem concorrentes e rivais. Todos os Estados prosseguem os seus próprios interesses, por isso são concorrentes. Os rivais, além disso, prejudicam ativamente os interesses dos outros. A UE tem rivais, pelo que não pode permitir-se um desequilíbrio de poder demasiado grande. Pode dizer-se que estamos a construir a sociedade perfeita na Europa, mas, se não tivermos a capacidade de a defender contra os nossos rivais, o nosso modelo sofrerá uma erosão.

Existe igualmente uma dimensão interna. Com a transição ecológica, e certamente com o decrescimento, temos de ter o cuidado de não criar novos desequilíbrios dentro das nossas próprias fronteiras. Existe sempre o risco de que as medidas adotadas sejam facilmente suportadas por aqueles que já

se encontram numa situação desafogada, enquanto os mais desfavorecidos são duramente afetados. A política de segurança é simultaneamente externa e interna. Não é possível ser um interveniente externo eficaz sem ter estabilidade interna. Garantimos esta estabilidade interna através do Estado social, com um certo grau de igualdade e de controlo democrático. Sem essa estabilidade, em tempos de crise, as soluções extremas tornam-se subitamente atrativas.

Em última análise, a maior ameaça à nossa segurança é interna. Seria muito difícil para uma entidade externa derrubar a UE mas, se começarmos a votar em massa em partidos não democráticos, que já estão no poder na Hungria e [à data desta entrevista] na Polónia, podemos sofrer uma implosão. Para evitar este cenário, temos de preservar os equilíbrios internos. Um Estado social que funcione tem de redistribuir os recursos disponíveis.

Diz-se frequentemente que a UE é um projeto de paz. Graças à integração europeia, que teve início na década de 1950, os países participantes deixaram de travar guerras entre si. Mas isso é apenas metade da história. A outra metade é que, na mesma década de 1950, foram realizados progressos significativos na construção do Estado social para manter a paz em cada um desses países. Para mim, estas são as duas faces do projeto de paz: a integração entre os Estados-Membros e a segurança social no seio dos Estados-Membros.

O desafio atual consiste em tornar a segurança social um projeto europeu, pelo menos em parte, porque temos um mercado único e uma moeda única, com mobilidade laboral, etc. É necessário acordar determinadas condições mínimas no seio da UE para que tudo isto seja viável.

O movimento do decrescimento defende serviços públicos de elevada qualidade, como a segurança social e os cuidados de saúde. Deveriam estes serviços incluir a defesa e a diplomacia?

Sim. No debate público, sugere-se frequentemente que só podemos escolher entre armas ou manteiga. Trata-se de uma falsa dicotomia. Porque é que precisamos de defesa? Porque temos algo que vale a pena defender: um modelo de sociedade que combina o Estado social e a democracia. Se esse modelo não for capaz de resistir às pressões externas, não sobreviverá durante muito tempo. Precisamos de uma defesa que seja simultaneamente real e realista, suficientemente forte para nos defender sem custar somas de dinheiro astronómicas. Além disso, é evidente que precisamos de diplomacia porque a defesa, por si só, nunca será suficiente na política internacional. O ideal seria que a defesa fosse necessária apenas como fator de dissuasão.

Se a UE deixasse de prosseguir o crescimento económico os Estados-Membros cooperariam melhor em matéria de defesa?

É difícil dizer. Mesmo agora, existem muitos argumentos sólidos a favor de uma maior

Veja as notas finais na página 37

cooperação europeia. A dimensão das forças armadas nacionais foi substancialmente reduzida e o seu equipamento tornou-se muito mais caro. Estamos a assistir a uma fragmentação total, que não é de todo eficaz em termos de custos. No entanto, o argumento económico, aceite por todos, não é suficiente para conseguir uma verdadeira integração da defesa. Os governos persistem em proteger as suas próprias indústrias de defesa e as forças armadas continuam a ser consideradas um símbolo de soberania. Embora tenhamos uma política de defesa europeia desde 1999, ainda não demos o grande passo. Duvido que o fim do crescimento o desencadeie.

A invasão da Ucrânia pela Rússia é o grande fator de mudança?

Na verdade, a guerra acentuou a divisão entre os Estados-Membros da UE. Um dos lados defende que, numa crise como esta, não podemos passar sem a NATO e os EUA e, por esse motivo, questiona a necessidade de uma defesa europeia. O outro lado argumenta que, se queremos exercer influência em tempos de crise, apenas podemos fazê-lo através da UE. O resultado é um impasse.

É certo que, agora, a UE está a fazer coisas que não fazia antes, como a aquisição conjunta de armas para a Ucrânia. No entanto, apoiar as forças armadas da Ucrânia não é o mesmo que acelerar a integração das nossas próprias forças armadas. É claro que o facto de a aquisição conjunta de armas funcionar para a Ucrânia é um argumento a favor de o fazermos também para as nossas próprias forças armadas. Por isso continuo a ter esperança num avanço significativo, mas já tive muitas desilusões nos últimos 25 anos.

E se Trump ou um dos seus apoiantes regressar à Casa Branca?

Durante quatro anos, Trump fez declarações absurdas sobre a NATO, sem que isso tenha conduzido a um avanço significativo na integração europeia no domínio da defesa. Mesmo que Trump voltasse a ser presidente, ou um dos seus apoiantes conseguisse chegar à Casa Branca, penso que tal não teria grande impacto, a não ser que anunciasse a dissolução da NATO.

O problema é que os países europeus não confiam uns nos outros. Se perguntar a um polaco ou mesmo a um finlandês em quem confiaria para o socorrer no caso de uma invasão russa, a resposta será: "os Estados Unidos". Não a França, a Alemanha ou o Reino Unido. De um ponto de vista histórico, esta resposta é estranha: quando a Bélgica foi invadida em 1914, e a Polónia em 1939, quem declarou guerra ao agressor? A França e o Reino Unido. Os EUA só entraram na guerra muito mais tarde.

Vejo apenas dois cenários que podem conduzir a um avanço significativo na integração europeia no domínio da defesa. O primeiro seria uma grave crise fora da Europa na qual os EUA se recusassem a intervir, o que significaria que a UE teria de a enfrentar sozinha. O segundo seria se a França e a Alemanha, que estão no centro da integração europeia, começassem efetivamente a fazer o que anunciaram em 2017: implementar conjuntamente todos os seus grandes projetos em matéria de defesa, incluindo um novo tipo de carro de combate e um novo avião de caça. Uma tal fusão dos complexos militares-industriais daria um grande impulso, uma vez que os demais Estados-Membros da UE seriam obrigados a aderir ou correriam o risco de ser excluídos do mercado da defesa. Os franceses e os alemães também precisam desses Estados-Membros, uma vez que não é rentável desenvolver em conjunto um sistema de armas que mais ninguém compre.

Quanto podemos ganhar com a integração da defesa?

É difícil de quantificar. As estimativas das potenciais economias de custos variam entre 20 mil milhões e 120 mil milhões de EUR por ano[1], dependendo do grau de integração. É evidente que o atual estado de fragmentação não é eficaz em termos de custos. A força aérea é um exemplo que cito frequentemente. Quer um país tenha 100 ou 10 aeronaves, precisa de um aeródromo, de instalações de formação para pilotos e técnicos, de um sistema de controlo do tráfego aéreo militar, etc. Quanto mais pequenas forem as forças armadas, maior será a percentagem destes serviços de apoio – a haste da lança – e menor será a percentagem de unidades de combate – a ponta da lança. Quando os países agrupam partes das suas forças armadas ou dividem as tarefas militares entre si, podem transferir recursos para a ponta da lança. Desta forma, aumentam o seu poder de combate.

A Bélgica e os Países Baixos já o fazem com as suas marinhas. Os navios continuam a ser nacionais, arvorando pavilhão belga com uma tripulação belga ou pavilhão neerlandês com uma tripulação neerlandesa, mas todas as tarefas de apoio, desde o comando e o aprovisionamento até à formação e à manutenção, foram divididas (um dos países encarrega-se de ambas as tarefas para os dois) ou fundidas. Existe apenas um quartel-general. Esta medida permite que os países criem mais capacidades posicionáveis com o mesmo orçamento.

Se todos os países da UE seguissem o exemplo da marinha belgo-neerlandesa, seria suficiente um orçamento de defesa de 2% do PIB?

A regra dos 2% da NATO tornou-se uma espécie de obsessão. Os países devem, em primeiro lugar, determinar as suas ambições e que tarefas militares pretendem realizar. Mesmo que os governos decidissem fazer o máximo possível em conjunto, as poupanças não seriam imediatas, já que existem custos iniciais e são necessários investimentos para criar uma nova organização e harmonizar o equipamento. Penso que 2% do PIB é o montante mínimo necessário.

Na UE, "comunitarizámos" uma série de domínios de intervenção, como o comércio. A tomada de decisões tem lugar a nível europeu; os Estados-Membros não têm direito de veto. Deve a UE fazer o mesmo no domínio da defesa?

Penso que essa seria a abordagem ideal. Exigiria uma alteração do Tratado da UE, o que é um processo difícil, mas não vejo qualquer razão objetiva para que não possa ser feita. Na minha opinião, a UE deve decidir tudo por maioria, mesmo o destacamento de tropas. Faria apenas uma exceção: um Estado-Membro que vote contra uma operação militar deve ter o direito de não participar na mesma. Um país não pode ser obrigado a mobilizar as suas forças armadas se os salários do pessoal militar forem pagos pelo orçamento nacional. Se, em algum momento, passarem a ser pagos pela UE, esta exceção deixaria de ser aplicada. Nessa altura, teremos um verdadeiro exército europeu. Contudo, levará bastante tempo a ser constituído.

Outra forma de comunitarização é através do Fundo Europeu de Defesa, que apoia a investigação e o desenvolvimento conjunto de capacidades militares e permite à Comissão Europeia orientar o mercado da defesa. Mas, atualmente, este fundo é muito pequeno – mil milhões e meio de EUR por ano – em comparação com os mais de 200 mil milhões de EUR gastos anualmente na defesa por todos os Estados-Membros da UE. Eu transferiria uma parte maior do orçamento da defesa do nível nacional para o nível europeu.

Veja as notas finais na página 37

A Comissão poderia então gastar os fundos tendo em mente o interesse comum.

Sou também a favor de que a UE adquira o seu próprio equipamento militar. Falar de ativos detidos pela UE é tabu neste momento, mas posso imaginar uma fase intermédia em que um determinado número de países tome uma decisão conjunta de adquirir o mesmo equipamento – drones, por exemplo. Em vez de serem divididos entre esses países, os drones poderiam ser utilizados como uma grande frota com um único centro de comando.

No seu último livro, escreveu que os aliados trazem mais recursos e mais legitimidade. Esse facto torna-os ainda mais importantes para uma UE pós-crescimento?

Sim, mas faria uma distinção entre potenciais Estados-Membros, aliados e parceiros. O alargamento da UE diz respeito aos Balcãs Ocidentais, que já estão rodeados por países da UE, e à Ucrânia, que obteve o estatuto de país candidato em 2022. Se a Noruega ou a Suíça solicitassem a adesão, seriam membros rapidamente. Estas serão provavelmente as fronteiras da UE durante muito tempo, porque não creio que a Turquia se torne um Estado-Membro da UE.

Além disso, temos aliados com os quais estabelecemos uma garantia de defesa coletiva: os países da NATO, como o Reino Unido e os EUA.

Por último, a UE deve procurar estabelecer parcerias sólidas com países da América do Sul, de África e da Ásia. Não devemos exigir exclusividade, mas reconhecer que é do seu interesse cooperar com todos os principais intervenientes e não depender demasiado de nenhum deles. Com efeito, é este o objetivo da estratégia Global Gateway da UE. Colocamos um pacote de investimento em cima da mesa, associamo-lo a uma parceria política e, se for necessário, também oferecemos cooperação em matéria de segurança. Tudo isto sem forçar os países a escolher entre, por exemplo, a China e a UE.

A UE é altamente dependente da importação de matérias-primas, especialmente para a transição energética. Se implementássemos um programa de decrescimento e, por exemplo, reduzíssemos o papel do automóvel particular para aumentar a utilização da bicicleta, dos transportes públicos e dos transportes partilhados, precisaríamos de menos metais raros para a eletrificação da nossa mobilidade. Poderia daí advir uma vantagem geopolítica?

Talvez permita gerir mais facilmente as dependências da Europa, mas continuaremos a precisar de matérias-primas, não somos autónomos. O aprovisionamento de matérias-primas no estrangeiro não é necessariamente um fator negativo. Depende, em grande medida, da forma como os países ricos em recursos organizam a extração: é feita da forma mais ecológica possível e as receitas beneficiam as populações locais? Infelizmente, não é o que acontece em muitos países devido à má governação.

Em última análise, o mais importante é que todos continuemos a reconhecer que estamos dependentes uns dos outros. Ter consciência deste facto contribui para a estabilidade. A interdependência não é uma condição suficiente para evitar a guerra, mas contribui nesse sentido, uma vez que estabelece um limiar adicional antes de se poder pensar em guerra. Por conseguinte, temos de promover a conectividade para que a economia mundial permaneça globalizada.

As dependências podem ser instrumentalizadas, mas isso é sempre uma "faca de dois gumes". Ainda antes da guerra da Ucrânia, disse que temos de deixar claro a Putin

que se ele fechar a torneira do gás esta não voltará a abrir-se. Agora que o gasoduto Nord Stream explodiu, não reabrirá. Por conseguinte, a interrupção do fornecimento de energia ou de matérias-primas é uma arma que só pode ser utilizada uma vez. Não é uma arma tão forte como muitas vezes se pensa.

Algumas vozes pragmáticas dos Verdes europeus defendem que a UE deve procurar uma aliança global de Estados democráticos para contrabalançar potências autoritárias como a Rússia e a China. Será uma boa ideia?

Que problema global resolverá um clube só com democracias? As alterações climáticas? A migração? A proliferação nuclear? Para resolver os grandes problemas, também precisamos dos países não democráticos. Temos de os manter envolvidos nas instituições que moldam a cooperação multilateral, sem que tal implique a aprovação das suas práticas internas. Para mim, isso é *realpolitik*.

A política mundial gira em torno de interesses. Cada Estado prossegue os seus e, em última análise, coopera com qualquer outro Estado se for do seu interesse, independentemente do sistema político nacional. Apresentar a política mundial como um confronto entre democracias e autocracias é o mesmo que empurrar a China para os braços da Rússia. Atualmente, os chineses estão a tentar manter uma posição intermédia no que respeita à guerra na Ucrânia. Precisamos de fazer um jogo diplomático subtil para garantir que a China se mantém nessa posição. Uma nova guerra fria, com os EUA e a Europa de um lado e a China e a Rússia do outro, não é, definitivamente, do nosso interesse.

A UE está a preparar legislação com vista à proibição, no seu mercado interno, de produtos fabricados com recurso a trabalho forçado. Esta legislação visa especialmente os produtos provenientes de fábricas chinesas onde os membros da minoria uigure trabalham sob coação. Apoia esta legislação?

Sim, apoio. A questão é saber onde traçar as linhas vermelhas. Se dissermos que não podemos negociar com países que violam os direitos humanos, não ficaremos com muitos parceiros comerciais. Mas podemos dizer que não queremos ser cúmplices de violações dos direitos humanos e, por esse motivo, não compraremos produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado dos uigures.

Será compatível traçar linhas vermelhas para a China e, ao mesmo tempo, trabalhar em conjunto para fazer face à crise climática?

Terá de ser. Se interligarmos todas as questões, já não chegaremos a acordo sobre nada. Temos de separar as questões, "compartimentar" as relações. O meu princípio geral é colaborar com Pequim sempre que possível e opor-se-lhe sempre que necessário. É precisamente por termos a coragem de nos opor ou de retaliar quando as nossas linhas vermelhas são ultrapassadas que lançamos as bases para uma cooperação equitativa nos domínios em que os interesses coincidem.

E se a China atacar Taiwan?

Se a China iniciar uma guerra para alterar o *statu quo*, tem muito a perder. O país tem uma economia exportadora fortemente dependente da economia mundial, muito mais do que a Rússia. Temos de deixar claro a Pequim que, se der esse passo, as nossas relações económicas mudarão irrevogavelmente. É a única forma de dissuasão de que dispomos enquanto europeus, porque não estamos em posição de intervir militarmente.

Veja as notas finais na página 37

O meu marido é taiwanês, por isso visitamos frequentemente a ilha. Trata-se de uma sociedade democrática muito diferente da que existe na China continental. O atual *statu quo* entre a China e Taiwan é o melhor para todos. A UE deve sublinhar esse facto e não deve interferir com esse *statu quo*.

As ameaças da China contra Taiwan tiram-lhe o sono à noite?

Não creio que a China vá invadir Taiwan amanhã. Neste momento, o regime chinês está a concentrar-se na consolidação e na estabilidade internas, pelo que não quer causar uma grande agitação no exterior. Mas Taiwan é uma questão altamente simbólica e com uma forte carga ideológica, o que a torna imprevisível.

Se há uma coisa que me faz perder o sono é o facto de tentar desenvolver uma visão diferenciada e, consequentemente, chegar a conclusões com as quais nem sempre me sinto confortável. Por exemplo, quando digo que pouco podemos fazer pelos direitos humanos na China. Ao mesmo tempo, estudei a situação e esta é a minha análise objetiva. Não vou dizer outra coisa só porque isso me faz sentir melhor. É doloroso, mas é a *realpolitik*. Não se pode assumir um compromisso que não se pensa poder cumprir.

Notas finais

1 Grupo de Reflexão do Parlamento Europeu, *Europe's two trillion euro dividend: mapping the cost of non-Europe, 2019-24*, 2019, p. 221 https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_STU%282019%29631745.

Sven Biscop é cientista político e um dos principais pensadores belgas em matéria de geopolítica. Dirige o programa "Europa no Mundo" no Instituto Egmont, o Instituto Real de Relações Internacionais belga, em Bruxelas. É também professor na Universidade de Gante, onde leciona sobre estratégia e sobre política externa belga e da UE. O seu livro mais recente é *Grand Strategy in 10 Words: A Guide to Great Power Politics in the 21st Century* (Bristol University Press, 2021). Biscop vive em Bruxelas com o marido, Aberu, no meio de muitos livros, de uma parafernália militar e de objetos chineses.

Richard Wouters é diretor de projeto e investigador no Wetenschappelijk Bureau GroenLinks, o grupo de reflexão do Partido Verde neerlandês.

Esta entrevista foi publicada originalmente no Green European Journal, em 29 de agosto de 2023.

Quem quer ser um ator secundário?

Entrevista com **Jesús Núñez e Alfons Pérez** por Raúl Gómez

Na opinião de Jesús Núñez, perito em relações internacionais, e de Alfons Pérez, investigador nos domínios da energia e do clima, os responsáveis políticos só abandonarão o mantra do crescimento económico se forem obrigados por um movimento social forte. Nesta conversa, também explicam o que significaria o pós-crescimento para a posição da União Europeia no mundo. "A curto prazo, perde-se relevância".

Raúl Gómez: O crescimento económico e o crescimento do PIB continuam a ser o principal pilar do Pacto Ecológico Europeu. Neste contexto, consideram que existem possibilidades reais de que, a curto e médio prazo, as instituições europeias comecem a planear uma Europa pós-crescimento? Pensam que faz parte da agenda política europeia?

Jesús Núñez: Creio que o mantra do crescimento, enquanto guia fundamental para comparar um país com outro e explicar à opinião pública que a situação é boa, não será abandonado a curto prazo. Infelizmente, não está na agenda. A ideia de crescimento significa boas notícias, que a situação é boa. Porquê? Bem, essencialmente porque tanto as relações internacionais como a política interna se baseiam no curto prazo. Para qualquer governante, a guerra mais importante são as próximas eleições e ninguém pensa a longo prazo.

Gostava de fazer referência a Francis Fukuyama e ao seu livro *O fim da história e o último homem*, de 1992. Fukuyama escreveu que, com o fim da guerra fria, a humanidade estava a assistir à expansão à escala universal do modelo ocidental, baseado fundamentalmente na democracia parlamentar e na economia de mercado, com o crescimento como elemento central. Considerava que não ocorreriam grandes conflitos com a mesma dimensão dos vividos no século XX, para além de resistências locais a este modelo em algumas partes do mundo, com os Estados Unidos e, em grande medida, a União Europeia como impulsionadores. Atualmente, continuamos a não compreender que este modelo, quer lhe chamemos capitalista ou neoliberal, tem na sua essência as sementes da desigualdade, o que constitui um enorme problema. Aqueles de nós que se dedicam ao estudo da prevenção de conflitos e à consolidação da paz sabem que as desigualdades são o fator que mais contribui para uma guerra.

Em 2023, continuamos a apostar nesse modelo centrado no crescimento e a UE não parece compreender que esta abordagem é insustentável. Na minha opinião, os principais obstáculos ao reconhecimento da necessidade de mudar de paradigma são a visão de curto prazo e a ideia de que não

existe outro modelo que se possa vender à opinião pública.

Alfons Pérez: Atualmente, as instituições europeias não têm propostas claras para o pós-crescimento. O que se está a observar, sobretudo desde a pandemia, é uma mudança na narrativa. Fala-se da recuperação ecológica e do crescimento verde, uma narrativa que pretende ser distintiva a nível internacional, com um reposicionamento da Europa como garante desta transição ecológica, mas sem questionar essa forma de crescimento. Agora, o crescimento pode ser verde, pode haver uma dissociação entre impacto ambiental e crescimento, uma desmaterialização da economia, os mercados são a força motriz desta transição e a tecnologia está no centro de tudo isto. Creio que esta narrativa tem algumas conotações diferentes no que diz respeito à forma como o crescimento económico tem sido descrito, mas no fundo continua a ser a mesma estratégia de crescimento de sempre.

Por exemplo, diz-se que existe uma dissociação absoluta na UE, que o PIB cresceu e que, ao mesmo tempo, se reduziram as emissões ao longo de duas décadas. Fala-se também de desmaterialização da economia e de transição para uma economia de serviços. Porém, nestas duas décadas, as importações provenientes da China quadruplicaram. Sobretudo na sequência da pandemia, da crise energética e da guerra na Ucrânia, começámos a ter consciência da nossa dependência das cadeias de abastecimento mundiais e estamos a assistir a propostas para uma reindustrialização verde europeia. Por conseguinte, não há desmaterialização. A desmaterialização de que se fala consistiu, na prática, numa dependência de tecnologia importada, sobretudo da China ou do Sudeste Asiático.

Jesús Núñez: De qualquer modo, neste processo de reindustrialização ecológica, existe um claro aumento dos orçamentos militares e esta tendência continuará a aumentar. Além disso, uma reindustrialização que não questione as bases do modelo acabará por resultar em mais concorrência.

Perante esta falta de iniciativa dos poderes políticos nacionais e da União Europeia, consideram que a pressão dos movimentos sociais e coletivos poderá, a curto prazo, influenciar as suas decisões e obrigá-los a dar um passo em frente, ou ainda demorará algum tempo?

Alfons Pérez: Creio que uma reivindicação coletiva do pós-crescimento seria complicada neste momento. Podem existir pressões nesse sentido. Na Catalunha, após a crise financeira de 2008 e as consequências que dela resultaram em 2012, registou-se um grande interesse no decrescimento, mas assim que a crise terminou esse interesse desvaneceu-se e ficou muito confinado aos círculos académicos. Desde 2019, os movimentos a favor da justiça climática, como o Extinction Rebellion e o Fridays for Future, têm sido críticos do modelo económico, mas o debate não se centrou tanto no crescimento económico e no PIB enquanto seu indicador, mas sim nas emissões de CO_2, sem associar a sobrecarga ecológica a toda a complexidade que lhe está implícita. É-me mais fácil pensar que muitos movimentos sociais vão reivindicar direitos básicos e que a luta pelos direitos sociais

terá de assumir essa crítica ao crescimento económico e transformá-la em políticas que promovam a mudança de paradigma para o pós-crescimento.

Jesús Núñez: O Acordo de Paris sobre as alterações climáticas mostrou-nos de forma clara até onde a ONU e outras organizações internacionais podem chegar, um acordo que não tem capacidade de controlo ou de sanção e que é, basicamente, uma declaração de vontade. É um acordo limitado e não é previsível que a ONU ou qualquer outra organização internacional venha subitamente a ter mais autoridade, muito menos neste domínio tão complexo. Se pensarmos nos governos nacionais, tenho muita dificuldade em imaginar um governo que aposte diretamente no pós-crescimento. Como é que consegue vendê-lo à opinião pública? É um pouco o que acontece com o desarmamento: ou é multilateral ou não é possível que apenas um país o adote.

Por isso, a minha esperança reside claramente na sociedade civil organizada. É neste segmento que creio existir espaço de manobra, embora as suas ações não sejam um instrumento de curto prazo, mas sim um instrumento para um esforço sustentado a longo prazo. Neste contexto, o meio académico e as organizações da sociedade civil com capacidade para criar uma mudança de mentalidade que exerça pressão sobre as instituições têm um papel fundamental a desempenhar.

Sem crescimento económico, seria possível à UE manter a sua relevância na esfera internacional?

Alfons Pérez: A curto prazo, não. Como observava o Jesús, o primeiro interveniente na cena internacional a apostar num modelo diferente do hegemónico perde relevância a curto prazo. É o que tem acontecido historicamente. Mas a médio ou longo prazo, a questão é diferente. Se a UE desenvolver um modelo mais autossuficiente, diria que, a médio ou longo prazo, pode ganhar relevância, uma vez que o facto de ser menos dependente do petróleo e do gás é positivo para um território. No entanto, isto não significa que não existirão impactos geopolíticos. Os territórios que dependem da exportação de matérias-primas procurariam outros parceiros estratégicos fora da União Europeia. Haveria uma forte reconfiguração no contexto internacional.

Jesús Núñez: De acordo com Josep Borrell, o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a União Europeia é o lugar mais privilegiado do planeta em termos de bem-estar e segurança, mas o nosso bem-estar depende de um ditador como Putin, no que respeita à energia, e de um ditador como Xi Jinping, no que respeita ao consumo. Para piorar a situação, a nossa segurança depende dos Estados Unidos. Embora tenhamos interesses comuns em muitos temas da agenda internacional, nem sempre partilhamos as mesmas posições e prioridades. Em relação à China, por exemplo, Washington arrasta-nos para uma linha de ação que não é benéfica para os nossos interesses. No Sael, ignora os nossos pedidos de cooperação para fazer face a problemas que afetam diretamente a nossa segurança.

Por conseguinte, parece que o caminho da UE consiste em corrigir estas três dependências – energética, de produção e de segurança – se não quiser ser um interveniente irrelevante no mundo. Esta visão, longe de incorporar um modelo diferente, obriga a UE a competir no mesmo campo de ação que a China e os EUA para se equiparar a ambos. Na minha opinião, mesmo concordando com o Alfons, trata-se uma vez mais de um problema de calendário, porque ninguém vai esperar por nós. Partindo do princípio de que a União Europeia leva a sério esta mudança de modelo, outras potências assumirão a liderança e acabarão por a relegar para segundo plano. Quem quer ser

um ator secundário? Em princípio, ninguém, o que torna mais difícil chegar a esse ponto a médio prazo em que seja possível dizer: "Vejam, tenho outro modelo e funciona."

Tudo indica que a extração e o consumo de combustíveis fósseis irão diminuir significativamente. Por outro lado, surgiram novos intervenientes importantes na transição energética, como os países que possuem metais estratégicos e os que controlam a sua transformação. Qual será o impacto da transição energética na geopolítica?

Jesús Núñez: Neste momento, o centro de gravidade dos assuntos mundiais está, e estará durante as próximas décadas, centrado no Indo-Pacífico. Existe concorrência entre os EUA, que pretendem manter a sua hegemonia, e a China, que aspira a essa mesma posição de líder mundial. As maiores tensões ocorrerão nesta região, mas, obviamente, terão repercussões em todo o planeta. Por outro lado, há um interesse renovado em África. Em que termos? Em termos de bem-estar ou de desenvolvimento africano? Obviamente não, o que existe é uma concorrência por recursos escassos com uma componente tecnológica adicional. Neste momento, estamos numa corrida tecnológica entre dois gigantes, porque estes entendem que, para além da concorrência terrestre, naval, marítima e cibernética, existe também a concorrência espacial, o que exige recursos. O que prevejo é mais concorrência para controlar esses territórios africanos, para os ter do seu lado.

Neste quadro económico hegemónico, a UE, sem petróleo nem gás, é a região menos rica em recursos. Só com um modelo energético completamente diferente é que a UE poderia desempenhar um papel nesta história, e só com um modelo energético diferente desapareceriam os problemas que o Médio Oriente tem vindo a criar há décadas, na medida em que a UE não estaria dependente dos seus recursos.

O que aconteceu nas últimas três décadas no Médio Oriente pode acontecer, no futuro, no Sahel ou na América Latina, onde há esta concorrência entre gigantes, o que, na minha opinião, sugere que existe um interesse claro em procurar um modelo diferente. Os novos nichos em que existe concorrência entre os grandes, entre os gigantes, seguem o modelo antigo.

Alfons Pérez: Não se trata verdadeiramente de substituir o mapa geopolítico dos combustíveis fósseis pelo mapa dos minerais críticos necessários para a transição ecológica baseada na tecnologia. O que está a acontecer é que, agora, foi acrescentada uma nova camada de complexidade ao antigo mapa. Para extrair estes minerais essenciais para a transição ecológica e transportá-los para as áreas de refinação, transformação, fabrico e venda, continuamos a necessitar de hidrocarbonetos. A extração mineira não funciona com energias renováveis, funciona sobretudo com gasóleo e outros derivados do petróleo, à semelhança dos transportes. Gostaria de chamar a atenção para este facto porque, por vezes, pensa-se que tudo irá girar em torno dos minerais críticos, mas na realidade o que significa é que se acrescenta uma nova camada de complexidade a uma que já existe, e que não vai desaparecer, nomeadamente as relações entre os hidrocarbonetos.

De acordo com a Agência Internacional da Energia, entre 2020 e 2040, a extração de lítio aumentará 42 vezes, a de cobalto 25 vezes, a de níquel 21 vezes e a de terras raras 8 vezes. No modelo de crescimento verde, a tecnologia está praticamente no topo da pirâmide hierárquica das decisões em matéria de transição energética, razão pela qual considero que se trata de uma transição energética baseada na tecnologia. Poderiam existir outras, mas a que está a ser proposta tem uma base tecnológica e essa tecnologia tem componentes que estão distribuídos pelo mundo de uma forma muito específica. As instituições internacionais, como a Agência Internacional de

Energia, propõem vários cenários climáticos que quanto mais ambiciosos forem e mais alinhados estiverem com o Acordo de Paris mais extração mineira exigirão e, por conseguinte, maior será o impacto nos territórios onde se realiza a extração. Trata-se de uma realidade muito dura.

Em consonância com esta reflexão sobre os novos polos de complexidade geoestratégica, consideram que existe alguma possibilidade de não se repetir o pior do extrativismo neocolonial?

Jesús Núñez: Enquanto houver disputa pelo controlo dos recursos, não tenho dúvidas de que o mesmo padrão se manterá. A única solução seria dar às populações locais a possibilidade de terem voz. Basicamente, nas fases anteriores, as populações afetadas não tiveram voz ativa. Desde que a tenham, e tendo em conta que, hoje em dia, os meios de comunicação permitem reproduzir e multiplicar o efeito do que é dito em qualquer canto do planeta, será possível limitar certas práticas predatórias ou abusivas. Mas não muito mais.

Alfons Pérez: Estou de acordo com o Jesús, mas a minha dúvida é se, face à dimensão da procura que esta transição ecológica baseada na tecnologia está a gerar, seremos capazes de dar voz própria às populações locais dos territórios afetados. Ou será que essa voz será controlada de modo a que, no fundo, digam "sim" à extração? Porque, em grande medida, é isso que está a acontecer, mesmo com os novos governos progressistas da América Latina. A proposta é dar voz às comunidades, criar parcerias público-privadas comunitárias em que existam compensações, mas tudo centrado num "sim" à extração. Se antes os países do Sul Global tinham de responder à procura de desenvolvimento, agora é como se tivessem de responder ao interesse superior da transição verde, ou seja, resolver um problema que não causaram, de uma forma que os privará dos benefícios. Portanto, a questão é a seguinte: com o volume de procura previsto, até que ponto conseguiremos dar voz às comunidades afetadas para que estas possam tomar decisões soberanas, livres e informadas sobre o seu futuro e os seus territórios?

Historicamente, os países da UE são os maiores responsáveis pela crise climática e pelo esgotamento dos recursos naturais. O que deve uma UE pós-crescimento fazer para assumir a sua responsabilidade e reparar os danos causados?

Alfons Pérez: A questão das reparações tem um passado e daí a complexidade da resposta. No contexto internacional existem instrumentos que, se levados a sério, seriam caracterizados como reparações. Nas negociações climáticas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Acordo de Paris e negociações subsequentes, estão previstos instrumentos, como "o fundo para perdas e danos", que reconhecem os efeitos do aquecimento global nos países do Sul Global. Uma vez que não provocaram estes efeitos adversos, esses países devem ser dotados de recursos financeiros para os colmatar. A transferência de fundos de 100 mil milhões de dólares para os países afetados, aprovada na Cimeira de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas, em 2009, não foi concretizada e, ainda que estes fundos sejam certamente insuficientes, tem de ser concluída.

Jesús Núñez: Com os pés bem assentes na terra, nem sequer penso numa nova organização internacional, num novo acordo ou num novo tratado. Bastaria honrar os compromissos já assumidos. Os programas de conversão e de anulação da dívida, a reforma da arquitetura financeira internacional, o comércio justo, a transferência de tecnologia Norte-Sul e a ajuda clássica ao desenvolvimento, mesmo aquele objetivo

mítico de 0,7% para a ajuda pública ao desenvolvimento, permitir-nos-iam avançar muito mais em relação ao que temos agora.

Além disso, é duvidoso que Lula, Boric, Petro e companhia, e o mesmo é válido para a Indonésia e para outros países, consigam sair de um jogo que consiste essencialmente em ser cortejado por uns e por outros e tentar aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas separadamente por Pequim, Washington e Bruxelas. Mais uma vez, é um jogo pouco ambicioso, que tenta tirar partido da concorrência entre os grandes intervenientes por algo que estes cobiçam e que esses países têm no seu próprio território. Veremos mais tarde as repercussões deste jogo.

Como é que intervenientes como as grandes empresas multinacionais se enquadram num cenário de ausência de crescimento? Será a RLIE [a resolução de litígios entre os investidores e o Estado] um obstáculo à promoção do pós-crescimento?

Alfons Pérez: Tenho dificuldade em acreditar que as empresas transnacionais possam viver com um modelo pós-crescimento quando são concebidas para o crescimento, obcecadas com os resultados trimestrais e com os pagamentos de dividendos. A UE está a criar incentivos públicos para orientar estes intervenientes transnacionais para algo que se assemelhe ao crescimento verde do Pacto Ecológico Europeu. Os fundos europeus de recuperação ecológica, NextGenerationEU, podem ser interpretados de muitas formas, nomeadamente como um incentivo à política industrial para orientar as empresas para este novo horizonte com uma tonalidade ligeiramente diferente. Mas estes intervenientes têm uma autonomia muito forte, são garantes do crescimento económico e não creio que possam enquadrar-se num modelo pós-crescimento.

Quanto à RLIE, não é um espaço de garantia dos direitos sociais, mas sim de garantia dos direitos comerciais, em que as empresas transnacionais estão sempre em vantagem. Historicamente, os tribunais arbitrais pronunciaram-se, na sua esmagadora maioria, contra os Estados que tentaram executar políticas progressivas. Têm sido um instrumento para travar ou ameaçar os Estados.

Jesús Núñez: Diria que estamos na última etapa de uma luta que começou com Reagan e Thatcher e a sua formulação de que o Estado é o problema e os mercados são a solução. Desde então, não só os mercados de capitais foram desregulamentados, como as empresas multinacionais conseguiram uma importância muito superior às capacidades de qualquer governo nacional. Numa nota de esperança, a crise económica de 2008 e a pandemia demonstraram a necessidade de os Estados recuperarem um certo protagonismo, e é neste contexto que se enquadra a UE, que está agora a tentar, através de incentivos, conduzir as empresas pela via do Pacto Ecológico Europeu. Por conseguinte, na medida em que os Estados e as organizações internacionais recuperem o protagonismo, um interveniente criado precisamente para um modelo de crescimento permanente acabará por modular o seu comportamento.

Pode ainda existir uma outra via em que nós, consumidores, tomamos consciência do que consumimos e como consumimos, para tentar determinar o comportamento das empresas. Mas não me atrevo a ir muito mais longe porque tenho dificuldade em ver como redirecionar uma dinâmica que elevou as empresas multinacionais a um nível que praticamente nenhum governo nacional consegue atingir. Creio que este será um dos maiores obstáculos a uma mudança de modelo.

Esta nova Europa pós-crescimento necessitaria de uma mudança de governação

ou está bem como está? A nível mundial, devem as funções da ONU ser alargadas?

Jesús Núñez: Vamos aos factos: em 1995, ano do 50.º aniversário da ONU, termina a guerra fria. Abre-se uma janela de oportunidade para a reforma e para um organismo que governe a globalização. Não se consegue nada. Em 2005, é apresentado o relatório do secretário-geral Kofi Annan, muito pertinente, que defendia que não é possível desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento, e que não é possível ter nenhum dos dois sem o pleno respeito pelos direitos humanos. Pretendia-se não só mudar o Conselho de Segurança, mas também transformar o ECOSOC (Conselho Económico e Social da ONU) num órgão executivo com capacidade para gerir a problemática do desenvolvimento em termos gerais. O único resultado alcançado foi a substituição da Comissão dos Direitos Humanos pelo Conselho dos Direitos Humanos. Em 2020, ano do 75.º aniversário da ONU, a sua reforma já não está na ordem do dia. Atualmente, a reforma do organismo de governação da globalização não está na ordem do dia. Esta é a realidade nua e crua.

Parece um quadro bastante sombrio. Haverá margem para a esperança?

Alfons Pérez: Declaro-me um militante da esperança, mas uma esperança realista de quem sabe que nem tudo vai correr bem. O jornalista e professor americano Richard Heinberg fala em otimismo mortal ou pessimismo útil. Inclino-me para o pessimismo útil porque, apesar da difícil situação internacional, existem sempre janelas de oportunidade. O contexto internacional de crise global trar-nos-á um futuro repleto de excecionalidades, que são os cenários com que sempre trabalhámos, mas quando projetamos transições ecológicas ou ecossociais, fazemo-lo essencialmente com base na ideia de normalidade. Creio que temos de incorporar progressivamente as excecionalidades nos nossos processos políticos e nas nossas propostas. Um recente documento europeu sobre a transformação da indústria europeia, o Regulamento Indústria Neutra em Carbono, afirma que a segurança do aprovisionamento energético será uma questão fundamental para a sustentabilidade do modelo económico de crescimento e, em última análise, da ordem e segurança públicas. É a primeira vez que vejo um documento sobre indústria ou energia que faz referência à ordem pública. Portanto, até as instituições europeias estão a começar a preparar-se para as excecionalidades.

A escritora americana Rebecca Solnit escreveu sobre a forma como as comunidades se organizam em momentos de excecionalidade e como, mesmo nos momentos mais sombrios, as pessoas não são tanto Adam Smith e Darwin como são Kropotkin ou Margulis. Nesses momentos, reforçamos o nosso lado cooperativo e, como se viu na pandemia, surgem redes de apoio mútuo entre pessoas necessitadas, revelando o melhor de nós.

Jesús Núñez: Subscrevo inteiramente o pessimismo útil, com o qual me sinto confortável há já algum tempo. Diria que a minha esperança reside no indivíduo e na capacidade, para aqueles de entre nós que têm o privilégio de ser cidadãos, de eleger os seus representantes políticos e de reagir perante a situação, compreendendo ao mesmo tempo que existem intervenientes à nossa frente que têm muito mais poder para continuar a impor a sua agenda a curto prazo. A questão consiste em conseguir uma massa crítica suficiente com capacidade para influenciar os detentores do poder.

Agradecimentos a Soledad García-Consuegra

Jesús A. Núñez Villaverde é perito em relações internacionais, segurança internacional, consolidação da paz e prevenção de conflitos violentos e mundo árabe-muçulmano. É licenciado em economia pela Universidade Autónoma de Madrid e militar aposentado. É codiretor do Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (IECAH). Também é professor de Relações Internacionais na Universidad Pontificia de Comillas, bem como membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e do Comité espanhol da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).

Alfons Pérez é investigador no Observatori del Deute en la Globalització (Observatório da Dívida na Globalização), especializado em energia e clima. Em 2021, publicou o livro *Pactos verdes en tiempos de pandemias. El futuro se disputa ahora*, uma revisão crítica do conceito do "New Deal Verde", do Pacto Ecológico Europeu e dos planos de recuperação. Atualmente, está a trabalhar nos impactos globais da "transição ecológica e digital", com ênfase na procura de matérias-primas críticas para as "tecnologias limpas" e respetivos processos de industrialização.

Raúl Gómez é diretor da fundação Transición Verde, Espanha.

É a geopolítica um entrave ao decrescimento?

Entrevista com **Pierre Madelin** por **Swen Ore**

As rivalidades entre Estados ou entidades políticas pela soberania de um território ou de um recurso são suficientes para justificar a constituição de forças armadas e de alianças comerciais. A geopolítica, caso se limite à análise destes jogos de forças e de influências, terá tendência a afirmar que nenhum Estado jamais reduzirá voluntariamente a intensidade física da sua economia se correr o risco de ser subjugado, seja pela via económica, seja pela via militar, por aqueles que não fizerem esta escolha de "abstinência".

Swen Ore: Quem é Pierre Madelin e que papel desempenha a ecologia política no seu trabalho?

Pierre Madelin: Comecei por ser tradutor. Traduzi muitos textos importantes sobre a filosofia da ecologia provenientes do mundo anglo-saxónico e de diferentes correntes, por exemplo ética ambiental, ecologia profunda, ecofeminismo. Cheguei à ecologia através da filosofia. Pouco a pouco, fui-me interessando cada vez mais pela ecologia política. Depois, a certa altura, além de traduzir comecei também a escrever. Tornei-me autor, ensaísta, e escrevi cinco livros, dos quais quatro são ensaios sobre ecologia política e um sobre a filosofia da ecologia. A questão da ecologia política tem estado muito presente na minha escrita, até no meu último livro, que se centra nas ligações entre a ecologia e a extrema-direita.

O que pensa sobre a ecologia e a geopolítica?

Antes de mais, gostaria de salientar que não sou, de modo algum, um especialista nestas questões, no sentido académico do termo. Penso nelas enquanto ecologista e internacionalista abalado pelo choque dos atuais acontecimentos internacionais, nomeadamente a invasão da Ucrânia. Até há pouco tempo, mais exatamente, até ao dia 22 de fevereiro, estava um pouco afastado da política internacional. Não completamente, claro, mas não estava no centro das minhas questões e não estabelecia a ligação entre as questões geopolíticas e as questões ecológicas. Considerava-as dois setores do pensamento político, um pouco separados entre si. Depois, de um modo geral, venho de uma tradição de pensamento bastante libertária na qual, pelas mais variadas razões, talvez seja um pouco difícil abordar questões relacionadas com a defesa e as relações internacionais. Podemos ter a sensação de que, uma vez que as relações internacionais envolvem sobretudo relações entre Estados, estas questões não nos dizem respeito porque se inserem numa esfera que não é a da emancipação,

ou a sensação de que se desenvolvem a um nível tão complexo que não podem ser verdadeiramente compreendidas e muito menos transformadas.

No entanto, cheguei à conclusão de que não seria satisfatório ficar por aqui, por um lado porque seria intelectualmente preguiçoso e, por outro, porque a política internacional não envolve apenas Estados, mas também sociedades que se mobilizam, se revoltam e enfrentam a repressão. Neste caso, o fator motivador foi a invasão da Ucrânia. Não tive qualquer hesitação ou dúvida de que era necessário apoiar a Ucrânia por todos os meios possíveis, incluindo o fornecimento de armas pesadas. Esta necessidade ficou imediatamente muito clara para mim.

Mas enquanto ecologista anticapitalista e decrescentista encontrei-me imediatamente numa situação algo paradoxal em que, para resumir de uma forma um pouco gráfica e engraçada, se assim posso dizer, acordava de manhã a pensar "o aquecimento global é terrível, temos mesmo de reduzir a economia o mais rapidamente possível!", e depois adormecia à noite a pensar "os ucranianos estão a ser bombardeados pelos mísseis supersónicos Kinzhal russos e pelos drones Shahed iranianos, temos de lhes dar caças e mísseis de longo alcance!". Mas a redução da economia e a produção de caças não são exatamente o mesmo projeto político…

Por isso, fui confrontado com uma espécie de tensão interior e intelectual. Enquanto ecologista anticapitalista, estou convencido de que devemos apoiar todas as iniciativas e todos os movimentos, como as Revoltas da Terra [Les Soulèvements de la Terre] em França, que trabalham para "desarmar" os projetos e as infraestruturas que estão a transformar o nosso planeta num forno inabitável a uma velocidade vertiginosa: vias de circunvalação e todos os projetos de artificialização dos solos, megabacias, explorações agrícolas industriais, indústrias de combustíveis fósseis e de cimento, etc. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para travar a dinâmica mortífera do capitalismo e os seus efeitos devastadores no clima e no ambiente. Mas enquanto internacionalista antifascista penso que temos de apoiar a Ucrânia, o que significa, antes de mais, dar-lhe os meios para se defender na guerra de libertação nacional que está a travar contra o fascismo russo, algo que, diga-se de passagem, só os Estados que se opõem a desenvolvimentos autoritários e práticas repressivas podem fazer. Ora, dar à Ucrânia os meios para se defender significa não só fornecer-lhe armas pesadas, mas também assegurar o fornecimento constante de munições para o seu exército, um dos pilares da guerra, a acreditar nos peritos militares. E como os *stocks* estão sob pressão e a guerra vai infelizmente durar, isso significa que temos também de apoiar um plano de recuperação industrial num dos setores mais sujos que existem, o do armamento.

Em suma, o paradoxo é o seguinte: estamos presos entre a Caribdis da crise ecológica, que nos obriga ao decrescimento, e a Cila da ameaça russa (bem como de outros regimes autoritários e ultranacionalistas), que só é possível enfrentar com o reforço dos meios de defesa, os quais, por seu turno, dependem de uma lógica de crescimento e de poder, a mesma que destrói as condições de vida na Terra.

Veja as notas finais na página 53

Fala de "decrescimento". Faz distinção entre "decrescimento" e "pós-crescimento"?

Nunca me debrucei muito sobre os debates lexicais entre "a-crescimento", "pós-crescimento", "decrescimento"… Adotei espontaneamente o termo decrescimento, mas não me importo de falar sobre pós-crescimento. A minha visão daquilo a que chamo decrescimento não é particularmente original. É a da maioria dos autores que se dedicam atualmente a este tema, quer se trate de autores clássicos, como Serge Latouche, ou de figuras mais recentes, como Timothée Parrique e Giorgos Kallis. É a ideia da incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e qualquer política produtivista, por um lado, e a preservação das condições de vida na Terra, por outro. Enquanto decrescentista, por exemplo, sinto-me por vezes em desacordo com certos movimentos ecologistas que apostam tudo no desenvolvimento das energias renováveis ou numa transição ecológica no seio de um capitalismo que poderia ser regulado, mas que continuaria a ser capitalismo. Pessoalmente, tenho a impressão de que, para o mesmo nível de consumo e de produção, mesmo numa lógica de suficiência, a descarbonização total não seria suficiente, a longo prazo, para tornar sustentável a pegada ecológica das nossas sociedades, sobretudo o nosso impacto nos ecossistemas ou na biodiversidade. Por conseguinte, na minha opinião, o decrescimento significa reduzir o fluxo de matérias-primas e de energia à escala mundial. E não vejo como essa redução seria possível no contexto de uma economia capitalista.

Voltemos ao dilema que descreve entre um corpus intelectual que conclui que o decrescimento é necessário e a invasão da Ucrânia que nos obriga a investir em meios de defesa. A questão essencial é esta: podem os Estados que prosseguem políticas de decrescimento defender-se dos Estados que não o fazem?

Antes de apresentar soluções, mesmo não tendo nenhuma no sentido restrito do termo, gostaria de recorrer à história para mostrar como a dinâmica do crescimento está intrinsecamente ligada à dinâmica do poder.

De um modo geral, quando somos ecologistas anticapitalistas nos dias de hoje e nos interrogamos sobre as estratégias a pôr em prática para sair da crise ecológica, sublinhamos vários fatores. Tal como eu próprio fiz na resposta anterior, pomos em evidência o capitalismo, tanto na materialidade da sua lógica de acumulação de capital como nas subjetividades imaginárias, produtivistas e consumistas que produz e, por conseguinte, sublinhamos a necessidade de sair desta situação.

Um segundo fator que apresentamos com frequência, em círculos um pouco mais intelectuais e académicos, é a necessidade de uma mudança de paradigma, uma mudança de imaginário social ou, para usar um termo que tem estado bastante presente nos debates sobre ecologia política nos últimos anos, na sequência do trabalho de Philippe Descola, uma mudança de ontologia, bem como de deixar de lado a grande divisão moderna entre natureza e cultura para criar novas formas de entender a nossa relação, enquanto seres humanos, com o mundo dos seres vivos.

Mas, em última análise, centramo-nos muito pouco na questão dos Estados e das relações de poder entre os Estados, a não ser para referir que existe uma cumplicidade entre estes e o capitalismo, sugerindo sempre ou aceitando tacitamente a ideia de que os Estados são subservientes à lógica da acumulação de capital, certamente como intervenientes de pleno direito, mas, no entanto, sujeitos sobretudo eà lógica da acumulação de capital. Embora tal seja em parte verdade,

penso que, quando olhamos para a história, vemos que nem sempre é necessariamente o caso. Poder-se-ia também dizer que, de certa forma, os Estados modernos instrumentalizaram e subjugaram a lógica da acumulação de capital para atingir os seus próprios fins, que são os do poder. Deste ponto de vista, existe historicamente uma cumplicidade estrutural e funcional entre as dinâmicas de crescimento e as dinâmicas de poder, sem que seja possível determinar, entre o capital e o Estado, qual tem estado numa posição verdadeiramente dominante.

Por outras palavras, se o Estado é um poder ecocida, não é apenas porque é instrumentalizado pelo capital e está sujeito aos seus interesses, o que poderia dar a impressão de que a destrutividade do Estado está associada às nossas circunstâncias históricas específicas, ou seja, que o problema reside no Estado capitalista e que um Estado liberto da tutela do capital poderia resolver o problema. Nada poderia estar mais longe da verdade, pois tal como existe no cerne do capitalismo uma compulsão para o crescimento, também existe no cerne da forma Estado uma compulsão para o poder e o desejo de acumular poder tecnológico e militar para manter a sua rivalidade concorrencial em relação aos demais Estados.

A história do Japão no século XIX é muito interessante deste ponto de vista. O Japão tinha uma política isolacionista de longa data em relação ao resto do mundo, tirando partido da sua localização insular. Um dia, na segunda metade do século XIX, navios de guerra americanos aproximaram-se de portos japoneses e ameaçaram o Japão, dizendo: "Se não abrirem a vossa ilha ao comércio, vamos impor um bloqueio, vamos bombardear os vossos portos e vamos destruir-vos". Foi então que os japoneses saíram do seu isolacionismo porque, obviamente, não dispunham de meios para resistir. Foram forçados a participar nas trocas comerciais. E, nas décadas que se seguiram, foi lançado um processo de modernização e de industrialização forçada. Neste caso, o desenvolvimento do capitalismo está, em parte, associado ao desejo de um império humilhado de restabelecer o seu poder para poder concorrer com as outras potências do mundo e evitar a humilhação de um bloqueio.

Estou a contar esta história porque me parece sintomática daquilo que, na minha opinião, foi uma das razões que levaram ao processo de modernização capitalista e industrial dos Estados que pretendiam manter a sua rivalidade concorrencial em relação aos demais Estados ou impérios, o que, no caso japonês, acontece de uma forma flagrante e caricata. E, de certa forma, penso que continua a ser uma das razões pelas quais os Estados não abdicam do processo de modernização, uma vez que renunciar seria tornarem-se vulneráveis e exporem-se a uma agressão militar direta ou a subjugação por parte de outros Estados ou blocos geopolíticos que mantiveram o rumo da modernização.

Infelizmente, a guerra na Ucrânia comprova esta linha de raciocínio, esta reflexão a frio. O facto de a Ucrânia ter sido capaz de resistir à invasão russa deveu-se, numa primeira fase, a si própria, à unidade do seu Estado e à mobilização da sua população. Mas, numa fase posterior, o facto de o país ter sido capaz de resistir e recuperar terreno deveu-se também às armas que recebeu. Depressa se tornou claro que as armas dos países da NATO, embora nem sempre fossem necessariamente as mais recentes, eram muito superiores às armas da Rússia em termos de precisão e qualidade. E, quando olhamos para os países que compõem a NATO, vemos que, na sua maioria, são os países que há muito se encontram no topo das cadeias de valor do capitalismo global e que são também, historicamente, os maiores poluidores e emissores de gases com efeito de estufa. Penso que podemos estabelecer aqui uma

Veja as notas finais na página 53

correlação bastante forte: é provavelmente devido ao facto de estarem historicamente no topo das cadeias de valor do capitalismo que continuam a ter esta sofisticação tecnológica e esta superioridade militar.

Devemos concluir que, em última análise, as ideias de pós-crescimento e de suficiência não são viáveis nesta rivalidade inevitável entre Estados?

É a pergunta que me coloco há dois anos e à qual tenho dificuldade em responder. Para dizer a verdade, é algo trágica. É certo que os nacionalismos e as rivalidades geopolíticas nunca estiveram totalmente ausentes, mas a sua exacerbação, nos dias de hoje, no contexto de uma crise ecológica cada vez mais profunda, é a pior notícia possível, pois se num contexto de relativa cooperação entre as potências, nas décadas de 1990 e 2000, já não era possível fazer muito pela ecologia, neste contexto de nacionalismo e de belicismo exacerbado que, infelizmente, parece ser a nossa realidade nos próximos anos, não sei realmente o que nos espera e quais seriam as soluções… Dizer a nós próprios: "Não interessa, vamos continuar com o *statu quo* de crescimento-poder porque, caso contrário, seremos absorvidos por outros" não é uma solução, uma vez que significa que destruímos as condições de habitabilidade do nosso planeta. Podemos não ser destruídos por outros, mas criaremos um mundo tão inabitável que acabaremos por nos destruir a nós próprios: isto não é uma solução. O que fazer? Não tenho uma resposta definitiva que me convença. Mas tentei identificar diferentes respostas que foram dadas a esta questão e posso tentar caracterizá-las rapidamente.

A primeira opção é o que ironicamente poderíamos designar como opção milagrosa. De repente, como que por magia, todos ou a maioria dos países do mundo, especialmente sob a pressão revolucionária das suas sociedades civis, tornam-se pacifistas, anticapitalistas e cooperantes entre si e deixam de se temer uns aos outros. Renunciando ao seu poderio tecnológico e militar, podem então empreender as políticas de decrescimento necessárias sem recear que estas acabem por os enfraquecer e expor a vizinhos hostis. Obviamente, esta opção milagrosa, como o seu nome indica, continua a ser extremamente implausível, o que, na minha opinião, nos obriga a rejeitá-la.

A segunda opção seria que pudéssemos – os defensores do capitalismo verde parecem convencidos de que tal é possível – dissociar, de alguma forma, o crescimento do seu impacto ambiental e que, por conseguinte, fosse possível manter o mesmo nível de poder que anteriormente, preservando as condições de vida na Terra. Pessoalmente, como expliquei no início desta entrevista, não acredito que o crescimento possa ser dissociado do seu impacto ambiental.

A terceira opção seria dissociar o poder do crescimento do capital fóssil, o que não é exatamente a mesma coisa. Em França, esta opção é defendida, em certa medida, por Raphaël Glucksmann. No livro que publicou este ano, *La Grande Confrontation* [A grande confrontação], dedicado essencialmente à corrupção das elites europeias pelo regime russo, há reflexões no final que me pareceram interessantes, porque penso que aborda esta questão de frente, baseando-se sobretudo num artigo de Pierre Charbonnier sobre a ecologia da guerra. Argumenta que, na verdade, o advento de um Pacto Ecológico Europeu e o abandono dos combustíveis fósseis permitir-nos-ão matar dois coelhos de uma cajadada só. Com efeito, esta descarbonização implicará uma dissociação energética em relação à Rússia, ou seja, contribuirá para o reforço da autonomia estratégica e, em última análise, o reforço do poder. Desta forma, articula um projeto da Europa como potência com uma

lógica de descarbonização e o abandono do capitalismo fóssil.

Considero esta posição interessante porque tem o mérito de articular duas questões importantes, mas ao mesmo tempo, pelas razões que expliquei no início, não me satisfaz completamente enquanto ecologista. Mesmo que descarbonizássemos completamente as economias europeias, se nos limitássemos apenas a substituir os combustíveis fósseis por energias renováveis, mantendo níveis iguais de consumo e de produção, continuaríamos a caminhar para o desastre do ponto de vista ecológico. Tendo em conta todas as matérias-primas que têm de ser extraídas para o efeito, as energias renováveis também têm um impacto colossal na biodiversidade, por exemplo através dos processos de extração.

Uma quarta opção que identifiquei é a posição que parece ser a adotada pela administração Biden em termos de política externa, pelo menos a acreditar no investigador Florian Louis, a saber "a articulação de uma cosmopolítica de cooperação e de uma geopolítica de rivalidades", uma expressão que me parece bastante adequada[1].

No fundo, é a ideia de que vamos continuar a viver num mundo onde existem rivalidades geoestratégicas e geopolíticas, com hostilidades entre Estados, e que não vamos conseguir chegar a uma situação de cooperação absoluta. Por conseguinte, temos de aceitar, de alguma forma, a persistência dessas rivalidades e aceitar o seu caráter intransponível, por assim dizer. Ao mesmo tempo, vivemos num mundo em que questões como a saúde, a biodiversidade e o clima não nos permitem o luxo de manter relações de pura rivalidade com outras potências. Por isso, temos de tentar fazer malabarismos entre a lógica da cooperação em alguns temas e a lógica da rivalidade noutros. Trata-se de uma espécie de duplo realismo. Por um lado, o realismo da crise ecológica e do aquecimento global, que nos obriga a cooperar, e por outro, o realismo da persistência da hostilidade nas relações internacionais, que nos obriga a proteger o flanco contra possíveis ataques e, por conseguinte, a manter políticas de defesa ambiciosas.

No papel, esta visão parece-me interessante porque não nega a gravidade da situação ecológica ou sanitária, por um lado, nem a persistência das hostilidades e das rivalidades geoestratégicas, por outro. Mas, mais uma vez, me mantenho bastante reservado porque não compreendo de forma clara como é que, na prática, a cosmopolítica da cooperação não acabaria por ser absorvida pela geopolítica das rivalidades e como é que a geopolítica das rivalidades poderia funcionar sem ser apoiada por políticas de poder e de crescimento. Neste caso, não consigo ver claramente como é que isso poderia ser compatível com a preservação das condições de vida na Terra.

No fim de contas, não tenho uma solução e poder-se-ia dizer que é tudo uma ilusão… também se poderia dizer que a solução é fazer tudo o que for possível para acentuar as dimensões cooperativas das relações internacionais em detrimento dos seus aspetos de rivalidade, nomeadamente através de uma mobilização maciça à escala mundial e da promoção do internacionalismo a partir da base. Infelizmente, não é esta a trajetória que temos seguido nos últimos anos…

De qualquer modo, trata-se de importantes temas de reflexão que só podem ser abordados de forma eficaz se o fizermos coletivamente. Creio que nenhum indivíduo, nenhum pensador, pode responder sozinho a todas estas questões.

Podemos dizer que está a sentir uma dissonância cognitiva bastante forte neste momento...

Veja as notas finais na página 53

[risos] De certa forma, sim. Devo dizer que é motivo de alguma tensão com muitos amigos ecologistas que, na minha opinião, negam completamente a realidade das relações internacionais e das questões militares, as quais, com efeito, condicionam o campo das possibilidades ecológicas. E vejo claramente que muitos deles, quando debatemos o assunto, admitem que tenho razão, mas acabam por varrer o assunto para debaixo do tapete para voltarem ao confortável *statu quo* das suas ficções normativas, em especial as pacifistas, que por vezes não passam de boas intenções.

Notas finais

1 Le Grand Continent. *La Transition Géopolitique Européenne*. 1 de setembro de 2022, legrandcontinent.eu/fr/2022/09/01/la-transition-geopolitique-europeenne/.

Pierre Madelin (1986) é um ensaísta e escritor francês. As suas publicações incluem *Après le capitalisme (Após o capitalismo)* (2017), *Faut-il en finir avec la civilisation? (Devemos acabar com a civilização?)* (2020) e *La tentation écofasciste: Ecologie et extrême droite (A tentação ecofascista: ecologia e extrema-direita)* (2023).

Swen Ore é consultor de prospetiva no Etopia, um grupo de reflexão verde belga

Quais são os entraves ao pós-crescimento?

Entrevista com **Giorgos Kallis e Cristina Monge** por **Soledad García Consuegra**

Giorgos Kallis, investigador no domínio do decrescimento, e Cristina Monge, politóloga, debatem os obstáculos geoestratégicos e culturais a uma Europa pós-crescimento.

Soledad García Consuegra: Está a União Europeia preparada, a nível político, para dar os primeiros passos em direção ao pós-crescimento?

Giorgos Kallis: Não creio que existam sinais de um compromisso político sério para avançar nessa direção. Existe uma abertura sem precedentes para debater o pós-crescimento, como demonstrado pela conferência "Beyond Growth", realizada no Parlamento Europeu em maio de 2023, e a investigação neste domínio está finalmente a receber algum financiamento. A receti-vidade é maior do que nunca, mas temos de continuar a ser realistas. Podem estar a decorrer discussões preliminares, mas estamos muito longe de um planeamento sério, especialmente no contexto da viragem conservadora generalizada na maioria dos países da UE.

Cristina Monge: Concordo. Este debate já teve lugar na UE ao nível dos movimentos sociais e ambientais, e a conferência cons-tituiu um primeiro passo no sentido de uma maior abertura, mas ainda falta muito para que seja assumido pela parte institucional da UE, tanto mais se tivermos em conta a evolução do equilíbrio de poderes na Europa. Os países do grupo de Visegrado [Hungria, Polónia, Chéquia e Eslováquia], que sempre estiveram entre os mais relu-tantes em questões de transição ecológica, têm agora a companhia de países como a Itália e a Finlândia. Nestes países estão a chegar ao poder forças de extrema-direita e de ultradireita que consideram que a luta contra as alterações climáticas e outras iniciativas internacionais, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, são políticas do *establishment* a que devem opor-se. O crescimento destas forças, e a sua incorporação em determinados governos, torna difícil acreditar que as instituições europeias estão em condições de suscitar o debate sobre o pós-crescimento. A incerteza política e económica em que vivemos torna esse debate ainda mais improvável.

Quais são os principais obstáculos internos e geopolíticos a superar na via para o pós-crescimento?

Giorgos Kallis: Os obstáculos internos são evidentes. Os ricos, que detêm mais poder político, querem crescimento para que os seus benefícios aumentem e possam continuar a enriquecer cada vez mais sem

que os pobres empobreçam ao ponto de se revoltarem. O crescimento é necessário para a estabilidade interna do sistema capitalista. Mas esta estabilidade é temporária porque, a longo prazo, o crescimento composto é uma força muito desestabilizadora, não só para o clima mas também para a própria economia, que não pode ser forçada a sustentar esta corrida exponencial para o infinito.

A nível geopolítico o obstáculo também é evidente: a competição pelo poder militar e pela vantagem geopolítica está associada ao crescimento económico. Afinal, o PIB foi utilizado pela primeira vez como instrumento de medição da economia de um país durante a Segunda Guerra Mundial e o crescimento do PIB tornou-se efetivamente um objetivo geral no contexto da guerra fria, quando a União Soviética e os Estados Unidos tentavam ultrapassar-se mutuamente na corrida ao armamento. É evidente que as nações poderosas que disputam o poder político e económico necessitam de crescimento para controlar outras nações pela força militar ou económica.

Cristina Monge: Para além da atual correlação de forças políticas que mencionei anteriormente, existem obviamente outros obstáculos. Mesmo nos países em que a extrema-direita não faz parte do governo, nem está próximo de fazer, o crescimento e o pós-crescimento continuam a ser um debate de nicho realizado por movimentos sociais, ambientalistas e intelectuais. Este debate ainda não chegou ao cidadão comum, nem sequer às forças políticas, seja à esquerda ou à direita. Não consigo imaginar que, em Espanha, um candidato que se apresente às eleições legislativas com um programa pós-crescimento ou de decrescimento as ganhe.

Talvez o principal obstáculo resida no próprio termo "crescimento", que é uma espécie de fetiche na nossa cultura e no nosso modo de vida. O pós-crescimento ou o decrescimento são automaticamente associados à ideia de empobrecimento. Temos de abandonar este pensamento e começar a concentrar-nos no positivo, reconsiderando o bem-estar ou o pacto social, sempre dentro dos parâmetros da sustentabilidade. Quando estes discursos são introduzidos, devem ser integrados num paradigma positivo, um paradigma de desejabilidade, centrado no bem-estar. Desta forma, talvez consigamos encontrar uma via que seja mais atrativa para os cidadãos.

Na vossa opinião, quais são as principais tensões e sinergias entre o decrescimento planeado na UE e a capacidade da União para alcançar os seus objetivos geopolíticos, como o reforço da segurança em sentido lato?

Giorgos Kallis: Penso que a Europa deveria adotar o papel do ancião sábio e pacífico, com maturidade suficiente para saber que não deve prosseguir guerras mundiais ou guerras frias destrutivas e que está disposto a reparar os erros do passado. Esta maturidade deve significar a aceitação e a adaptação a uma nova era em que a expansão constante já não é necessária ou mesmo possível. Neste contexto, a Europa deve desenvolver uma forma de coexistência pós-imperialista e pós-colonial com outras nações e culturas do mundo. Deve atuar como uma força de mediação e de paz, em

vez de prosseguir uma busca de supremacia e de poder. O decrescimento, no sentido lato do termo, é perfeitamente compatível com esta abordagem.

De forma mais realista, uma vez que a UE está presa numa concorrência geopolítica mundial que se manifesta numa corrida ao poder militar, as tensões com o decrescimento são óbvias.

Cristina Monge: Não me atrevo a dar uma resposta, porque falar de decrescimento planeado na UE, neste momento, é apenas "ficção política".

Uma grande parte do movimento do decrescimento tende para o pacifismo e o antimilitarismo, ao mesmo tempo que insiste em que a transição para uma sociedade de decrescimento deve ser democrática. Como deve o decrescimento abordar a defesa da democracia contra as autocracias hostis? É possível defendê-la sem investir em armamento?

Giorgos Kallis: Sim, porque não? A maioria dos países da UE pertence à NATO e esta tem armamento suficiente para destruir várias vezes o mundo inteiro se fosse atacada.

Compreendo que coloque esta questão tendo em mente a invasão da Ucrânia pela Rússia, mas não creio que as causas da agressão russa possam ser reduzidas a um sentimento de hostilidade contra as democracias em geral. As causas foram muito mais específicas e, tal como noutras guerras e invasões desencadeadas por grandes potências, estão relacionadas com a competição por zonas de influência, a política interna, mitos e fantasias históricas e muitos outros fatores. Não creio que a Rússia tenha invadido a Ucrânia só porque esta estava a realizar eleições. Por seu lado, os Estados Unidos, pretensamente a democracia mais antiga do mundo, travaram uma série de guerras ilegais e operações secretas contra líderes eleitos ao longo das últimas décadas, uma vez mais motivados pelo que as elites americanas entendiam ser a defesa dos interesses nacionais do país no sentido estrito e a procura da supremacia mundial. Por conseguinte, não vejo essa ameaça militar existencial para as democracias por parte das potências autocráticas, pelo menos até agora. Preocupa-me muito mais a erosão interna das democracias com a ascensão de partidos, líderes e práticas antidemocráticos, mesmo em países que, ostensivamente, se consideram baluartes da democracia.

Cristina Monge: É uma questão fundamental, sobretudo no contexto de uma guerra como a que está a ser travada na Ucrânia. Constatamos que as sociedades europeias não se mobilizaram fortemente contra a guerra como fizeram noutras ocasiões, sem dúvida porque, neste caso, se trata de uma invasão com um agressor e um agredido claramente identificáveis e que, além disso, está a acontecer às portas da UE. Por conseguinte, a retórica pacifista que outrora foi mais difundida na Europa, por razões diferentes em cada país, caiu em grande parte em desuso.

Giorgos Kallis: Penso que o pacifismo está e deve continuar a estar no centro do movimento verde embora, lamentavelmente, seja cada vez menos o caso. A guerra na Ucrânia colocou o movimento pacifista ocidental numa situação bastante rara em que não é o Ocidente que está a invadir outro país, numa guerra que poderia ser evitada. Um movimento pacifista no Ocidente que vise convencer Putin a pôr termo à guerra na Ucrânia é obviamente um exercício de futilidade, porque os pacifistas da Europa são a última coisa com que Putin se preocupa.

Dito isto, continua a ser necessário um movimento pacifista na Europa para travar os excessos beligerantes que estão a surgir agora, com este amor súbito pela NATO.

É preciso traçar uma linha divisória muito clara entre uma defesa razoável que tenha a paz em mente e um armamento desenfreado que tenha em vista lutas por zonas de influência e contra potenciais adversários da hegemonia ocidental.

A Europa aumentou as despesas militares em 13% no primeiro ano da guerra na Ucrânia. É possível conciliar o aumento das despesas em matéria de defesa e segurança com a transição energética e os compromissos climáticos?

Giorgos Kallis: Não creio que as duas sejam compatíveis. Estas despesas devem acabar. A Europa e a NATO dispõem de ogivas nucleares suficientes para se protegerem, se for necessário. As despesas militares devem ser reduzidas ao mínimo absoluto, não ser aumentadas. Todo o dinheiro disponível deve ser investido na atenuação das alterações climáticas, na proteção social e no perdão de empréstimos a países do Sul Global, e não na construção de tanques e submarinos. Como podemos nós, os Verdes, estar a debater esta questão de uma forma séria numa era de emergência climática?

Como é que as grandes empresas multinacionais se enquadram num cenário de pós-crescimento? São um travão ou um aliado?

Giorgos Kallis: Um travão, obviamente. As multinacionais são a materialização da economia globalizada hiperacelerada, que depende da exploração de mão de obra mal remunerada e da extração de recursos no resto do mundo.

Cristina Monge: Com efeito, as empresas deste tipo estão enraizadas no modelo de crescimento, sem o qual não podem sobreviver, pelo que dificilmente serão aliadas. No entanto, estão a surgir movimentos empresariais como, por exemplo, o B Corp, com abordagens diferentes e um claro entendimento de que, para serem viáveis a longo prazo, têm de operar no âmbito de um paradigma de sustentabilidade. Embora não tenham nem o poder nem a capacidade das grandes multinacionais, estas empresas abrem caminho a um novo modelo empresarial e a uma abordagem diferente do desenvolvimento económico, mais próxima dos critérios de sustentabilidade.

Que papel devem desempenhar a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional? E devem as funções de governação económica das Nações Unidas ser alargadas?

Giorgos Kallis: Na sua situação atual, as três primeiras instituições funcionam sobretudo como instrumentos de proteção da hegemonia económica do Ocidente e dos interesses dos credores e dos financiadores. Num cenário ideal, a ONU desenvolveria instituições económicas que permitissem relações económicas equilibradas, democráticas e equitativas entre os diferentes países.

Cristina Monge: As Nações Unidas não têm capacidade executiva e não estão em condições de gerir conflitos. Para além das questões declarativas, é muito difícil para a ONU aplicar políticas e as sanções correspondentes. As outras três instituições respondem à ideologia e aos interesses dos famosos acordos de Bretton Woods. Para poderem suscitar debates como o do pós-crescimento, teriam de se reinventar completamente, o que é altamente improvável.

Por último, quais deveriam ser os principais objetivos geoestratégicos da UE num contexto pós-crescimento?

Giorgos Kallis: Ainda estamos muito longe de debater o pós-crescimento, portanto trata-se de pura especulação. Eu esperaria que um grande país da UE manifestasse interesse em avançar na direção do pós-crescimento. Só então este debate poderia começar a ter algum sentido. Se quisermos imaginar um tal cenário, repito o que disse anteriormente. O interesse geoestratégico da Europa deveria consistir em manter algum tipo de neutralidade e independência ativas, tornando-se um agente de paz e estabilidade em todo o mundo e centrando-se internamente no reforço da democracia e na procura de novas formas de segurança social e de bem-estar sem crescimento.

Cristina Monge: Estamos, efetivamente, muito longe desse cenário. Não é esse o debate atual e temos de nos concentrar nos desafios mais prementes. Os Estados-Membros da UE que pretendam preservar o Pacto Ecológico Europeu terão de fazer um grande esforço para o defender contra governos em que a presença da extrema-direita é tão importante que põe em causa a própria existência das alterações climáticas.

Giorgos Kallis é economista ecológico e perito em ecologia política e trabalha nos domínios da justiça ambiental e dos limites ao crescimento. Possui uma licenciatura em química e um mestrado em engenharia ambiental pelo Imperial College de Londres, um doutoramento em política ambiental pela Universidade do Egeu e um segundo mestrado em economia pela Escola de Economia de Barcelona. É professor no ICREA (Instituto Catalão de Investigação e Estudos Avançados) desde 2010. É conhecido sobretudo pelas suas numerosas publicações sobre o decrescimento.

Cristina Monge é politóloga e doutorada pela Universidade de Saragoça, onde leciona sociologia. As suas áreas de interesse são a sustentabilidade e a qualidade da democracia, com especial incidência na governação para a transição ecológica. Colabora com centros de investigação como o Globernance, o BC3 e a ECODES e é analista política do *El País*, da *Cadena SER*, da *RTVE*, do *infoLibre* e do *Green European Journal*. Participa no *Foro de Gobierno Abierto* (Fórum de Governo Aberto) e no *Consejo Asesor de Cooperación al Desarrollo* (Conselho Consultivo de Cooperação para o Desenvolvimento).

Soledad García Consuegra é coordenadora de eventos e projetos na fundação Transición Verde, Espanha.

Recomen-
daçõe s

Vias geopolíticas para uma Europa para além do crescimento

Ao mudar de rumo e deixar de prosseguir o crescimento económico para reduzir a sua pegada ambiental de uma forma equitativa, a União Europeia reforçaria a sua credibilidade na luta global contra as crises climática e da biodiversidade. Além disso, ir além do extrativismo neocolonial e libertar recursos naturais para as populações mais carenciadas do planeta poderia abrir o caminho a parcerias mais equitativas entre a UE e o Sul Global.

No entanto, a geopolítica não é apenas uma questão de empenho na cooperação, é também uma questão de resolução de conflitos. Uma UE pós-crescimento seria mais resiliente face a conflitos relacionados com os recursos, reforçando assim a sua autonomia estratégica. Mas não seria capaz de se isolar completamente dos conflitos violentos. Por conseguinte, não seria prudente negligenciar a sua defesa ou simplesmente confiá-la a terceiros, tanto mais que a UE tem a responsabilidade, consagrada nos seus tratados, de defender o Estado de direito internacional, defender os direitos humanos e promover a democracia, seja perante autocracias agressivas ou empresas multinacionais sem escrúpulos.

Um mundo regido pela "lei do mais forte" nunca desenvolverá o nível de cooperação sem precedentes que é necessário para evitar o colapso ecológico. O envolvimento da UE é essencial para preservar a ordem internacional assente em regras e, simultaneamente, tentar torná-la mais justa e eficaz, mas a UE não o pode fazer sozinha. O pós-crescimento reforçaria apenas a posição da UE enquanto interveniente global, combinando a autonomia estratégica para defender os seus valores e a interdependência estratégica para proteger a vida na Terra.

O poder económico é importante na geopolítica. Uma UE pós-crescimento correria o risco de ver a sua parte do PIB e do comércio mundial diminuir de forma ainda mais rápida do que atualmente. Para ser um interveniente global, a União teria de mobilizar um conjunto mais vasto de instrumentos e políticas que lhe permitissem trabalhar em prol da segurança humana e ecológica tanto na Europa como em todo o mundo. Uma UE pós-crescimento teria de estar mais unida e ser mais criativa, mais proativa e mais digna de confiança.

As seguintes recomendações sobre as vias geopolíticas para uma Europa pós-crescimento foram elaboradas conjuntamente pelos parceiros do projeto transnacional

Geopolítica de uma Europa pós-crescimento da Green European Foundation: BlueLink (BG), Center for Green Politics (RS), Etopia (BE), Fondation de l'Écologie Politique (FR), Green House Think Tank (UK), Transición Verde (ES) e Wetenschappelijk Bureau GroenLinks (NL).

Conjugar esforços

1. Trabalhar em prol de uma maior unidade na ação externa da UE, a fim de utilizar os recursos diplomáticos, financeiros e militares de forma mais eficaz. Esta abordagem inclui abolir os vetos na política externa e de segurança, falar a uma só voz, fundir os serviços diplomáticos, criar um lugar para a UE no Conselho de Segurança das Nações Unidas e integrar as forças armadas dos Estados-Membros.

2. Desenvolver e adquirir *em conjunto* os sistemas de armamento de que a UE necessita para a sua proteção, bem como para proteger os seus aliados e o Estado de direito internacional, o que permitiria economizar custos, promover a interoperabilidade das forças armadas dos Estados-Membros e reduzir a pressão comercial para a exportação de armas. A fim de reduzir a pegada ambiental das forças armadas, a UE deveria comunicar exaustivamente as emissões militares de gases com efeito de estufa e introduzir requisitos de sustentabilidade para os novos equipamentos militares, nomeadamente para os projetos financiados ao abrigo do Fundo Europeu de Defesa.

3. Desenvolver e aplicar um modelo europeu de inovação. O investimento público deveria favorecer as inovações baseadas em valores e de fonte aberta que mantenham a relevância da Europa enquanto centro tecnológico, facilitando simultaneamente a transferência de tecnologia para o Sul Global e colmatando as disparidades de género no domínio da inovação.

4. Aumentar a margem de manobra orçamental para o investimento público na UE através da emissão conjunta de dívida (euro-obrigações).

Acolher novos membros

5. Prosseguir os esforços com vista à adesão da Ucrânia, dos Estados dos Balcãs Ocidentais e de outros países à UE, a fim de reforçar a segurança, a influência geopolítica e a legitimidade da União. Assegurar que a UE está preparada para o alargamento. A preservação dos valores fundamentais e da confiança mútua exige uma supervisão mais rigorosa do Estado de direito, dos direitos humanos e da democracia por parte da UE, tanto nos países candidatos como nos Estados-Membros. Os países candidatos devem alinhar-se com a política externa e de segurança da UE antes da adesão.

6. Manter a porta aberta ao Reino Unido. Uma reintegração bem ponderada na UE não só favoreceria a cooperação na Europa como também reforçaria a posição da União no mundo.

Parcerias com o Sul Global

7. Combinar autonomia estratégica e solidariedade. Uma Europa sem crescimento económico teria mais facilidade em reduzir a sua dependência excessiva das importações de energia e de matérias-primas, mas não deve negligenciar os diversos impactos que essa redução teria nos países exportadores, especialmente no Sul Global. A solidariedade exige que a UE os apoie na criação de novas fontes de rendimento e de emprego.

8. Assegurar que a UE e os seus Estados-Membros cumpram os seus compromissos em matéria de cooperação para o desenvolvimento (0,7 % do rendimento nacional bruto) e de financiamento internacional da luta contra as alterações climáticas e que compensem as perdas e os danos causados pelas mesmas no Sul Global. Na cooperação para o desenvolvimento, dar prioridade à melhoria da qualidade dos serviços públicos em benefício das mulheres e de outros grupos desfavorecidos. A igualdade de género favorece a paz e o desenvolvimento.

9. Promover a criação de valor acrescentado nos países com atividades de extração de minerais metálicos. Mesmo uma Europa pós-crescimento terá de importar metais para a sua transição energética. Esta abordagem não só combateria os numerosos abusos no setor mineiro, nomeadamente impondo às empresas o dever de diligência em matéria de sustentabilidade ao longo da cadeia de valor, como também ajudaria os países onde ocorre a extração mineira a acrescentar valor aos seus minerais metálicos, através da sua transformação e fabrico. Para o efeito, são necessários investimentos conjuntos e a transferência de tecnologia.

10. Assumir a liderança na anulação da dívida dos países do Sul Global para que os seus governos sobre-endividados possam investir na melhoria dos serviços públicos. A extração e a exportação de recursos naturais não podem continuar a ser impulsionadas por obrigações de reembolso da dívida, devendo ser unicamente o resultado de um processo de tomada de decisões democrático que envolva as comunidades afetadas.

11. Apresentar um pedido de desculpas formal pela escravatura e pelo colonialismo. A UE deve exercer pressão sobre todos os Estados-Membros envolvidos para que apresentem um pedido de desculpas oficial pela escravatura e pelo colonialismo e encetem conversações sobre programas de reparação.

12. Promover um maior equilíbrio nas instituições mundiais. A UE deve colaborar com os governos democráticos do Sul Global para elaborar propostas com vista a uma melhor representação do Sul Global no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial.

Tornar o mundo mais seguro

13. Prosseguir a diplomacia ecológica no contexto de conflitos geopolíticos. A luta contra as crises climática e da biodiversidade exige que a UE coopere com rivais geopolíticos que estejam recetivos a acordos internacionais, sem se tornar condescendente no que respeita a agressões ou violações dos direitos humanos. No caso da China, a redução dos riscos associados aos laços económicos tornaria mais fácil para a UE colaborar com Pequim sempre que possível e opor-se-lhe sempre que necessário.

14. Envidar esforços para relançar as negociações sobre o controlo de armamento. Ninguém beneficia de uma corrida mundial ao armamento, e muito menos uma UE pós-crescimento. No que diz respeito ao controlo das armas nucleares, devem ser envidados esforços para voltar a envolver a Rússia e a China. A UE e a NATO devem ser transparentes quanto às suas capacidades militares atuais e previstas, como primeiro passo para criar a confiança necessá-

ria para acordos de controlo de armamento.

15. Ser prudente no que respeita às exportações de armas. A UE deveria estabelecer critérios rigorosos na sua legislação, que seria aplicada pela Comissão Europeia. Essa legislação deveria excluir o fornecimento de armas a regimes autocráticos e prever explicitamente o fornecimento de armas aos governos democráticos que delas necessitem para se defenderem contra agressões.

16. Defender os direitos humanos e a democracia. Apoiar os defensores dos direitos humanos e do ambiente, os ativistas da democracia, os ativistas dos direitos das mulheres e da igualdade de género e os meios de comunicação social independentes em todo o mundo. Responsabilizar as empresas pelos abusos cometidos nas suas cadeias de valor. Abrir vias legais para os refugiados em vez de construir a Fortaleza Europa. Só políticas coerentes permitirão à UE transmitir de forma credível a mensagem de que os direitos humanos e a democracia têm valor universal e são elementos fundamentais da segurança humana e ecológica.

17. Promover um diálogo internacional sobre o pós-crescimento nos países industrializados como forma de evitar o colapso ecológico, melhorar os resultados sociais e garantir a justiça ecológica. A UE deve dar o exemplo, demonstrando que é possível aumentar o bem-estar sem aumentar o PIB.

Geopolítica de uma Europa pós-crescimento

É pouco provável que consigamos desativar a bomba-relógio climática, para não falar de outras ameaças ecológicas, enquanto a economia europeia continuar a crescer. Mas quais seriam as consequências do fim do crescimento económico em termos geopolíticos? Poderia a União Europeia continuar a ser um interveniente global se fosse a primeira a adotar o pós-crescimento? Estaria em condições de se defender a si própria, os seus aliados, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito internacional numa altura em que autocracias agressivas invadem ou ameaçam os seus vizinhos democráticos? Este relatório aborda questões incómodas que poucos se atreveram a colocar.

Contacte-nos:

GEF GREEN EUROPEAN FOUNDATION

Green European Foundation
Rue du Fossé – 1536 Luxemburgo
Gabinete de Bruxelas: Mundo Madou,
Avenue des Arts 7-8
1210 Bruxelas, Bélgica

+32 2 329 00 50
info@gef.eu

Ligue-se a nós:

Visite o nosso sítio Web para saber mais sobre nós

www gef.eu

GEF_Europe

GreenEuropeanFoundation

GEF_Europe

Green European Foundation